



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

RELATÓRIO II

**Acompanhamento da Fase III do Projeto Piloto
de Locação Social para População em Situação de Rua:
Trabalho social de acompanhamento da população, pós-ocupação das
unidades e gestão do Conjunto Habitacional Asdrúbal do Nascimento II**

fevereiro/2019 a julho/2020

SUMÁRIO

I. Introdução	2
II. Plano de ação - monitoramento e avaliação do projeto piloto	4
A. Sistema de Monitoramento	5
Condições de Vida dos Beneficiários	5
Gestão Intersecretarial do Projeto	8
Manutenção do patrimônio.....	8
B. Avaliação	9
III. Gestão Integrada do empreendimento	10
A. Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI	10
B. Núcleo de Gestão Integrada - NGI	11
C. Núcleo Técnico Executivo	12
D. Núcleo de Monitoramento e Avaliação	13
E. Percepção das equipes sobre a gestão integrada do empreendimento.....	14
IV. Gestão Setorial do empreendimento	17
A. Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	18
B. Companhia Metropolitana de Habitação De São Paulo (COHAB-SP).....	21
C. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)	23
D. Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	24
E. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)	25
V. Monitoramento do projeto a partir dos objetivos estabelecidos	27
A. Condições de vida dos beneficiários	27
VI. Análise a partir de parceria com pesquisadores.....	57
VII. Avaliação e recomendações	58
VIII. Equipe técnica	58
IX. Anexos	Erro! Indicador não definido.

Introdução

Entre 28 de fevereiro e 08 de março de 2019, 34 famílias, totalizando 72 pessoas, realizaram sua mudança para o Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II - Edifício Mário de Andrade, configurando-se a primeira vez que um atendimento habitacional é direcionado exclusivamente a pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, por meio do Programa de Locação Social.

Esse acontecimento reflete uma tendência global de incluir pessoas em situações de rua em soluções de moradia definitiva com vistas à superação da situação de rua, grande parte motivada pelo crescimento desse recorte populacional, apesar das políticas e investimentos sociais realizados. Trata-se de uma quebra de paradigma, considerando que as estratégias usuais de proteção a esse recorte populacional sempre se basearam no método da “escada”, no qual o último degrau de autonomia era a moradia. Ilustram essa tendência as diversas iniciativas de acesso à moradia por meio da modalidade Moradia Primeiro (*Housing First*) nos Estados Unidos, Canadá, Portugal, Chile, Espanha, França, Noruega, entre outros.¹

O crescimento da população em situação de rua em escala mundial é objeto de estudo da relatoria especial da ONU para direito à moradia adequada. A moradia é destacada como um dos componentes estruturais de garantia de direitos para se alcançar um patamar adequado de vida. Assim, em 2015, a relatora especial Leilani Farha entregou relatório caracterizando a situação de rua como uma situação de violação de direitos humanos e exortando os Estados membros da ONU a agirem para garantir os direitos das pessoas que vivem essa situação.

É importante destacar, todavia, que este projeto piloto não se trata de experiência de Moradia Primeiro (*Housing First*), pois as regras de acesso e permanência e o público alvo partem de pressupostos já estabelecidos no âmbito do Programa de Locação Social da Cidade de São Paulo, regulamentado em 2002. O projeto piloto, por sua vez, promove o acesso de pessoas em situação de rua inseridas na política de assistência e desenvolvimento social à moradia digna e definitiva, por meio do Programa de Locação Social, superando-se a situação de rua.

Em São Paulo, foram nas atividades do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua², órgão colegiado para construção, acompanhamento e avaliação da política municipal voltada à população em situação de rua de São Paulo, em que as primeiras discussões sobre um empreendimento de locação social para a população em situação de rua se consolidaram. Foi no âmbito deste Comitê que se vinculou oficialmente a destinação do Edifício Mário de Andrade para o público população em situação de rua, por meio do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, formalizado por meio de Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/ SEHAB/SDTE nº 05, de 26 de dezembro de 2016.

A seleção da demanda se deu conforme critérios estabelecidos na Portaria Intersecretarial SEHAB/SMADS/SMDHC nº 03, de 12 de dezembro de 2018, partindo-se da base de dados do Cadastro

¹ Para um panorama do Programa Moradia Primeiro (*Housing First*) e sua literatura:

https://www.homelesshub.ca/sites/default/files/HousingFirstReport_final.pdf

² Para mais informações, acesse o site:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_organos_coligiados/comitepoprua/

Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e do Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários (SISA), operado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Os critérios de habilitação, anteriores à seleção da demanda, partiram das normativas já estabelecidas do Programa de Locação Social da Secretaria Municipal de Habitação, além de restringir como aptos, neste empreendimento específico, apenas pessoas em situação de rua acolhidas na rede socioassistencial da cidade de São Paulo. Os critérios de priorização da demanda foram discutidos em mais de uma ocasião com o Comitê PopRua ao longo de 2018, garantindo participação social neste processo. Algumas adaptações foram necessárias ainda neste ponto inicial para tornar o programa mais acessível a esse recorte populacional, o que foi feito por meio de duas Resoluções do Conselho Municipal de Habitação, nº 116 e 117, de 13 de dezembro de 2018. Todas essas etapas estão descritas de modo mais detalhado no Relatório I do Projeto Piloto, que aborda as Fases I (Organização do processo de seleção e definição da população a ser atendida) e II (Preparação da demanda selecionada para ocupação do empreendimento) do processo.

Considerando que a situação de rua é uma congruência complexa de fatores estruturais e pessoais, e por isso exige um trabalho interdisciplinar, constituiu-se Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI, por meio da Portaria SEHAB nº 125, de 13 de dezembro de 2018, que conta com as Secretarias Municipais de Saúde, Habitação, Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, além da Companhia Metropolitana de Habitação, para acompanhar as famílias e a gestão do empreendimento, visando a melhor apropriação da solução habitacional pelas famílias atendidas.

Na Portaria Intersecretarial SEHAB/SMADS/SMDHC nº 03, de 12 de dezembro de 2018, estão definidos objetivos e diretrizes do projeto piloto e instrumentos para sua implantação: criação de Grupo de Trabalho Intersecretarial, definição das regras de acesso ao programa, mencionadas anteriormente, e definição dos instrumentos a serem elaborados pelo GTI para a organização do trabalho como um todo, que são o Termo de Cooperação e seu Plano de Trabalho. No Termo de Cooperação está prevista a subdivisão da equipe do GTI em três grupos: Núcleo de Gestão Integrada, Núcleo Técnico Executivo e Núcleo de Monitoramento e Avaliação.

O presente relatório foi elaborado sob a responsabilidade do Núcleo de Monitoramento e Avaliação em conjunto com o Grupo de Trabalho Intersecretarial com o objetivo de sistematizar atividades e resultados do processo de trabalho ao longo do primeiro ano após inauguração do empreendimento, destacando-se o trabalho social de acompanhamento da população pós-ocupação das unidades e gestão do empreendimento.

Um ano depois, o que se aprendeu? Quais são os desafios?

Plano de ação - monitoramento e avaliação do projeto piloto

Considerando o caráter inédito do projeto na cidade de São Paulo, e também no Brasil, e a necessidade de reunir subsídios para políticas habitacionais futuras destinadas à população em situação de rua, no Plano de Trabalho Intersecretarial, o monitoramento, a avaliação e a sistematização de informações sobre a experiência foram entendidos como componentes essenciais para a execução do projeto piloto.

O Componente 5 do Plano de Trabalho – “Monitoramento, Avaliação e Sistematização da Experiência do Projeto Piloto” foi estabelecido tendo como foco a avaliação do Projeto Piloto, por meio do trabalho do Núcleo de Monitoramento e Avaliação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Para esse componente, foram identificados como principais resultados esperados o Sistema de Monitoramento em funcionamento e a Avaliação do Projeto realizada. Definiram-se, para isso, as ações estratégicas indicadas a seguir:

RESULTADOS ESPERADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
A – Sistema de Monitoramento em funcionamento	<ul style="list-style-type: none">a) Estabelecer linha de base do Projeto Piloto a partir do diagnóstico socioeconômico da população atendida;b) Desenhar o sistema de monitoramento e avaliação, considerando metodologias de análise quantitativa e qualitativa e indicadores de monitoramento e acompanhamento em cada componente;c) Implementar o sistema de monitoramento e avaliação nos termos pactuados entre as secretarias (fluxos, protocolos e meios de coleta).
B – Avaliação do Projeto realizada	<ul style="list-style-type: none">d) Prospectar parcerias com entidades de produção de conhecimento e com atuação na temática;e) Promover debates sobre experiências dos modelos de gestão em locação social, de modo a formular indicadores de avanço e aprimorar as estratégias de gestão;f) Realizar oficinas trimestrais de monitoramento, avaliação e atualização com as Secretarias;g) Realizar oficinas trimestrais de monitoramento, avaliação e atualização com a população;h) Coordenar a elaboração de avaliação parcial do projeto ao fim das etapas;i) Realizar atividades de avaliação/ compartilhamento do conhecimento sobre o projeto com instâncias da sociedade civil;j) Coordenar a elaboração da avaliação final do projeto.

A. Sistema de Monitoramento

A partir das ações estratégicas propostas anteriormente, o sistema de monitoramento foi estruturado a fim de contemplar a produção e análise de informações sob três diferentes aspectos: 1) Condições de vida dos beneficiários/as; 2) Gestão intersecretarial do projeto e 3) Manutenção do patrimônio. Sabia-se que, a despeito do caráter intersecretarial do projeto, as Secretarias envolvidas produziam informações de forma segmentada e, por isso, o primeiro passo para o monitoramento acontecer da forma desejada, foi mapear as informações já produzidas ou cuja produção era desejada pelos órgãos envolvidos, diagnosticando possíveis sobreposições das atividades de modo a evitar o retrabalho e, sobretudo, o desgaste na relação com os beneficiários pela falta de integração das informações.

Para isso, o primeiro passo foi a construção de uma matriz de informações do projeto segmentada pelos aspectos de análise indicados acima, a qual pretendia mapear, de forma detalhada, as informações desejadas/já produzidas, sua utilidade para o projeto, o método/momento para sua produção, os responsáveis pela sua coleta e sistematização, o seu respondente, entre outros.

A partir da matriz elaborada, verificou-se a grande quantidade de informações disponíveis e através disso foi aplicado um novo filtro, identificando o que seria, de fato, essencial para o monitoramento do projeto e o acompanhamento dos seus resultados. Esse trabalho resultou na sistematização de alguns indicadores na estrutura apresentada a seguir.

Condições de Vida dos Beneficiários

O Núcleo de Monitoramento e Avaliação pactuou junto às demais secretarias a realização semestral do ciclo de monitoramento dos beneficiários e indicou que este fosse operacionalizado, preferencialmente, de forma única com os moradores, através de aplicação de questionário e entrevista que contemplassem todos os aspectos trabalhados pelas Secretarias. No primeiro ano do projeto piloto, no entanto, devido a restrições de recursos, o primeiro ciclo de monitoramento foi operacionalizado por meio da aplicação de 2 questionários diferentes e complementares, em momentos consecutivos pela SEHAB e SMDHC. Além do amplo questionário aplicado pela SEHAB, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação elaborou questionário complementar, o qual foi aplicado pela equipe da SMDHC pouco depois da primeira aplicação padrão realizada por SEHAB, em maio de 2019, e considerou aspectos não contemplados no anterior, como a percepção dos moradores sobre a qualidade e frequência de sua alimentação, sono, tempo de lazer, hábitos sociais, entre outros, buscando qualificar os diversos aspectos que envolvem a superação da situação de rua e a adaptação ao novo modo de vida. Com isso, gerou-se um painel de monitoramento composto por 35 indicadores que buscavam responder aos objetivos estabelecidos para o projeto piloto no Plano de Trabalho e que são apresentados a seguir:

- **Promover o acesso à moradia adequada e estável**

a) Moradia adequada: visa medir a satisfação da pessoa em relação às condições físicas da unidade habitacional e do empreendimento
1. Satisfação com a conservação do empreendimento
2. Satisfação com a vida no empreendimento
3. Satisfação com a localização do empreendimento
b) Moradia estável: visa medir a percepção da pessoa em relação à adequação da unidade habitacional às suas necessidades e a capacidade de se manter na moradia
4. Adequação da unidade às necessidades da família
5. Adaptação ao modelo de moradia
6. Percepção da segurança financeira
7. Renda Familiar
8. Origem da Renda

- **Melhorar as condições/qualidade de vida dos moradores, com redução das vulnerabilidades sociais e construção de autonomia**

a) Segurança alimentar: visa medir as condições de acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente
9. Local de realização das refeições
10. Frequência de alimentação
11. Acesso à alimentação saudável
12. Percepção sobre a qualidade da alimentação
b) Conhecimento e acesso à rede de serviços públicos: visa medir o acesso à rede pública de serviços e equipamentos no território do empreendimento
13. Acesso a serviços de saúde
14. Acesso a serviços da assistência social
15. Acesso a serviços de saúde mental
16. Acesso à sistema de garantia de direitos
17. Acesso a serviços culturais
c) Capacidade de mobilidade: visa medir a diferença do tempo médio de deslocamento e o modal de transporte, antes e depois da locação social
18. Variação do modal de transporte
19. Variação do tempo gasto no deslocamento
d) Elevação de escolaridade: visa medir se a pessoa aumentou o grau de escolaridade do momento da entrada em relação ao período analisado

20. Escolaridade
21. Frequência escolar
e) Capacidade de administrar finanças domésticas: visa medir a capacidade de pagamento dos custos da moradia, vai medir o quanto da renda está comprometida com gastos com a moradia
22. Índice de adimplência de aluguel
23. Índice de adimplência de condomínio
24. Índice de adimplência de gastos com as concessionárias
f) Inserção produtiva: vai medir a situação produtiva das pessoas
25. Situação ocupacional
26. Condição de trabalho
27. Busca por emprego
28. Busca por qualificação profissional
g) Vínculos (familiares, amigos, vizinhos): visa medir se a pessoa tem vínculos ativos com família e amigos
29. Manutenção de vínculos familiares
30. Manutenção de vínculos pessoais
31. Manutenção de vínculos de vizinhança
32. Dificuldade de convivência
h) Violência: visa medir se a pessoa vive alguma situação de violência
33. Sensação de segurança
34. Percepção sobre a segurança do empreendimento
35. Trajetória de violência

O tempo “zero” (T-0) de monitoramento do projeto piloto foi considerado o momento em que foi realizada a entrevista para ingresso no programa, em dezembro de 2018. Nesta etapa não foram levantados todos os indicadores relacionados anteriormente, mas sim dados de perfil socioeconômico. O primeiro ciclo de monitoramento foi realizado entre os meses de maio e julho de 2019, através da aplicação de 2 formulários distintos e complementares, como apontado anteriormente. Os resultados dessa coleta inicial consideraram a mudança recente das famílias para o empreendimento (média de 3 meses) e, por isso, também sua percepção sobre as condições atuais em relação à situação de vida anterior. O banco de dados único gerado foi consolidado pela SEHAB, por meio do trabalho da Diagonal, e pela SMDHC. Não foi produzido relatório parcial sobre os resultados obtidos neste primeiro ciclo, mas

este relatório reúne os resultados da aplicação do primeiro e do segundo ciclo de monitoramento de forma comparada.

O segundo ciclo de monitoramento, previsto para ser realizado em novembro de 2019, foi realizado em fevereiro de 2020, devido a restrições orçamentárias do ano anterior. Nessa aplicação, os dois formulários aplicados no primeiro ciclo foram unificados em um único modelo, alterando-se questões pautadas na vida anterior ao ingresso no empreendimento a fim de focalizar a percepção dos moradores sobre a vida atual e aderência ao modelo de moradia autônoma proposto pelo programa.

Essa sistemática configurou-se como a ferramenta de monitoramento estratégico do projeto piloto. De uma perspectiva de monitoramento mais operacional, o Núcleo Técnico Executivo configurou-se um espaço de acompanhamento do projeto piloto, foi o principal espaço de divulgação, discussão e tomada de decisão sobre as atividades rotineiras, permitindo às equipes envolvidas rápida e articulada deliberações sobre a abordagem dos moradores e a solução de problemas associados à sua permanência no programa.

Os resultados dos ciclos de monitoramento são apresentados no item VI deste relatório e contemplam a amostra do grupo de moradores que participou de ambos os momentos da pesquisa a fim de possibilitar comparação entre os momentos 1 e 2, um grupo de 28 indivíduos.

Gestão Intersecretarial do Projeto

O monitoramento da gestão intersecretarial do projeto, por sua vez, foi estruturado com o objetivo de verificar: o cumprimento das atividades pactuadas no Plano de Trabalho por cada um dos órgãos envolvidos; a percepção dos profissionais envolvidos sobre a execução do trabalho; os custos do projeto e; por fim, a percepção dos beneficiários sobre a atuação da Prefeitura de São Paulo na gestão do projeto piloto. Tais informações foram obtidas a partir do acompanhamento da execução do Plano de Trabalho das Secretarias, participação nas atividades em cada um dos Núcleos (Gestão Integrada, Técnico Executivo e Monitoramento e Avaliação), aplicação de formulário de pesquisa aos trabalhadores sobre a percepção do trabalho realizado no projeto piloto, e por meio do formulário de monitoramento aplicado aos beneficiários.

Aos profissionais envolvidos na execução do projeto piloto, foram questionados aspectos sobre o tempo médio dedicado ao projeto, se há dedicação concomitante a outros projetos da Secretaria, percepção sobre a gestão compartilhada do projeto e órgãos envolvidos, desafios e pontos relevantes do programa. As questões sugeridas para o monitoramento desse âmbito constam na tabela de metadados e os resultados obtidos apresentados na sessão III. Gestão integrada do empreendimento.

Manutenção do patrimônio

Buscou-se, no monitoramento deste aspecto, observar a dimensão da gestão patrimonial do empreendimento, sob a perspectiva da capacidade de manutenção e sustentabilidade econômica. Essas

informações foram obtidas por meio de relatórios gerenciais da COHAB e da SEHAB com dados sobre saldos dos fundos de reserva e de manutenção, adimplência e arrecadação.

B. Avaliação

Para avaliação do projeto piloto, considerou-se como prioritária a adoção de perspectiva externa a dos profissionais envolvidos no trabalho a fim de evitar um olhar enviesado sobre o projeto e seus resultados. Sendo assim, dadas as restrições orçamentárias à contratação deste serviço de consultoria, propôs-se a participação voluntária de pesquisadores/as da Rede Brasileira de Pesquisadores sobre População em Situação de Rua como forma de apoio metodológico e observação do tema de uma perspectiva mais ampla. Foram formalizados então termos de trabalho voluntário com pesquisadores com vasta experiência na temática de população em situação de rua, tanto em termos práticos de trabalho na ponta e no planejamento de políticas, como em termos acadêmicos, através de acúmulo de conhecimento em pesquisas sobre a temática.

Desta forma, optou-se por apresentar aqui o conjunto de pesquisadores/as mobilizados/as para a avaliação do projeto piloto:

- Sílvia Maria Schor – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua
- Maria Antonieta da Costa Vieira – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua
- Márcia Maria Fartos Terlizzi – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua
- Regina Maria Manoel – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua
- Luiz Kohara – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua
- Rosângela Paz – Rede Brasileira de Pesquisadores sobre Poprua

O grupo de pesquisadores/as voluntários/as manteve encontros mensais, em média, com o Núcleo de Monitoramento e Avaliação do projeto piloto, ocasiões em que foram discutidos os seguintes temas:

- Métodos adotados para abordagem dos moradores em pesquisa quantitativa e qualitativa
 - Questionário por técnico da Diagonal
 - Entrevista com técnico da Diagonal
 - Dinâmicas coletivas com os moradores
 - Atividades lúdicas
- Matriz de monitoramento e indicadores propostos
 - Necessidade de focar em indicadores que respondam aos objetivos do projeto piloto
- Revisão dos objetivos propostos do projeto piloto
- Aspectos prioritários para a avaliação do projeto piloto
 - Estudo dos casos de moradores que saíram do empreendimento desde a sua inauguração
 - Trabalho realizado pelas equipes técnicas das Secretarias com os moradores, a partir das ações previstas no Plano de Trabalho

- Condições de vida dos moradores

Além de reuniões, foram realizadas visitas no empreendimento com as pesquisadoras, ocasião também em que se estabeleceu diálogo com alguns moradores, os quais contaram seu histórico de vida antes de entrar no Asdrúbal II. Também, as pesquisadoras foram convidadas a participar de atividades coletivas organizadas pela SEHAB e COHAB no empreendimento, como reuniões condominiais e outras dinâmicas.

Atualmente, o trabalho de avaliação do projeto encontra-se em andamento, sendo que o grupo definiu que irá percorrer os caminhos necessários e possíveis, considerando a situação de pandemia causada pelo novo coronavírus, para abarcar os três aspectos prioritários da avaliação sobre a aderência e manutenção da política: abordagem dos moradores que saíram do empreendimento; trabalho realizado pelas equipes técnicas do empreendimento; condições de vida dos moradores.

Primeiramente o grupo tem dedicado atenção à pesquisa junto aos moradores egressos do empreendimento. Identificou-se o perfil das pessoas e famílias compreendidas, buscou-se entender os contextos em que cada um dos casos está inserido e os motivos da saída do Programa de Locação Social. Também, foram desenhadas propostas de abordagem a essas pessoas, de forma a entender quais foram as barreiras para a permanência no empreendimento, o que das regras já estabelecidas no programa dificultaram a vida no empreendimento, além de entender também outras perspectivas de vida que a pessoa tem agora, após retornar à rede socioassistencial. Essa pesquisa ainda está em andamento e por isso este relatório ainda não traz seus resultados.

Paralelamente, propôs-se a realização de avaliação de impacto do projeto piloto a partir de trabalho com grupo de controle constituído pelos suplentes que compõem a lista de espera do programa. O grupo ainda estuda a possibilidade de aplicação da referida pesquisa e abordagens mais adequadas ao grupo.

Gestão Integrada do empreendimento

Neste item serão descritas as atividades integradas realizadas pelos técnicos responsáveis pelo trabalho social e pela gestão do empreendimento. Conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica, foram instituídos três núcleos de atividades integradas: Núcleo de Gestão Integrada, Núcleo Técnico Executivo e Núcleo de Monitoramento e Avaliação. Os participantes desses três núcleos compõem a instância mais ampla de trabalho intersecretarial do projeto piloto que é o Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTI.

Para monitoramento deste período do projeto piloto – fevereiro de 2019 a julho de 2020, foram elencadas inicialmente as ações previstas no Termo de Cooperação Técnica para cada núcleo e, em seguida, uma avaliação realizada pela equipe de técnicos.

C. Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI

As atribuições previstas para o Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI são: (i) coordenar o processo de seleção da população atendida; (ii) coordenar o processo de planejamento e

implementação das ações integradas; (iii) estabelecer estratégias de diálogo intersecretarial; (iv) promover articulação com saúde, trabalho e educação, estruturando protocolos de intervenção intersetoriais; (v) articular com todos os demais agentes que compõem o sistema de garantia de direitos, inclusive da sociedade civil; (vi) apoiar o processo de participação social na implementação do projeto piloto; (vii) coordenar o processo de monitoramento e avaliação da ação, incluindo a elaboração dos indicadores de monitoramento e avaliação e a produção de conhecimento para subsidiar o aprimoramento deste projeto piloto e os futuros empreendimentos destinados à população em situação de rua.

Em números, o GTI realizou reuniões mensais desde a entrega do empreendimento em fevereiro de 2019, ou seja, total de aproximadamente 10 reuniões em 1 ano, com um número médio de 8 participantes por reunião. As pautas recorrentes deste GTI foram: o desenvolvimento e a apresentação do Plano de Ação pelas Secretarias, de forma a detalhar as ações previstas no Plano de Ação do Termo de Cooperação; e a apresentação da proposta de monitoramento para pactuação com as Secretarias. Foi discutido que a principal atribuição do grupo seria a de apoiar o desenvolvimento e a implementação do Plano de Ação de cada Secretaria.

O GTI concluiu que a atribuição (ii) coordenar o processo de planejamento e implementação das ações integradas ocorreram de forma mais recorrente no âmbito do Núcleo Técnico Executivo. O processo de monitoramento e avaliação, por sua vez, atribuição (vii), foi coordenado essencialmente pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação.

O balanço do Núcleo de Monitoramento e Avaliação em relação ao GTI, foi de que a maioria das pessoas do Núcleo Técnico Executivo compõem o GTI e, por isso, acaba perdendo um pouco a função enquanto grupo que coordena as ações dos três núcleos. Entende-se, portanto, que o GTI é a instância que agrupa os três núcleos.

D. Núcleo de Gestão Integrada - NGI

As atribuições previstas para o Núcleo de Gestão Integrada são: (i) assegurar a implementação do Termo de Cooperação; (ii) acompanhar a execução do Plano de Trabalho; (iii) elaborar e publicar relatórios de acompanhamento e avaliação; (iv) responder aos órgãos de controle; (v) coordenar a revisão do Plano de Trabalho, quando necessário.

A ideia é que esse grupo fosse composto por servidores com cargos de coordenação e ligados ao Gabinete, de forma que fosse facilitado o diálogo entre a equipe técnica atuante no empreendimento e o Gabinete. Partiu-se de um entendimento de que o Asdrúbal II, enquanto projeto piloto de solução habitacional inédita para população em situação de rua, precisaria ter um respaldo forte dos Gabinetes das Secretarias para ter êxito, considerando que não havia precedentes para o trabalho social realizado.

Na prática, as pessoas nomeadas para este núcleo muitas vezes participavam dos demais núcleos ou eram profissionais alocados em instâncias superiores muito distantes do dia-a-dia do projeto piloto, fator que impossibilitava que esse núcleo tivesse uma visão ampla da gestão do projeto. Na prática, o Núcleo de Gestão Integrada não se encontrou, o que prejudicou as atribuições estabelecidas

para essa instância, como a própria publicação oficial do Termo de Cooperação Técnica, do Plano de Trabalho e da Portaria atualizando a nomeação dos servidores nos três núcleos de trabalho de projeto piloto. Em julho de 2020, esses três documentos não se encontram oficializados em Diário Oficial, mesmo assim, as Secretarias caminharam com a execução das ações propostas em suas minutas. A elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação, atribuição (iii), por sua vez, ficou sob responsabilidade do Núcleo de Monitoramento e Avaliação.

Como balanço, identificou-se que o papel desse núcleo se confunde com a função do Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI, também, não houve mobilização para que esse grupo se encontrasse o que impactou na formalização e publicação dos instrumentos de gestão previstos inicialmente, como o Termo de Cooperação e Plano de Trabalho. No entanto, considerando essa etapa de avaliação do projeto piloto, sugere-se que seja designado um coordenador para o grupo, de perfil que dialogue tanto com o trabalho da equipe técnica do Núcleo Executivo, quanto com o Gabinete. Coloca-se como meta a publicação dos instrumentos citados anteriormente, bem como a revisão do Plano de Trabalho, atribuição (v) deste núcleo, considerando os efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus, que fez com que o município decretasse situação de emergência, exigindo isolamento social da população. Esse contexto afetou diretamente o trabalho *in loco* das equipes com os moradores no empreendimento, prejudicando o Plano de Trabalho inicialmente proposto.

E. Núcleo Técnico Executivo

As atribuições previstas para o Núcleo Técnico Executivo são: (i) planejar as atividades necessárias à implementação do Projeto Piloto; (ii) executar as atividades previstas no Plano de Trabalho e acompanhar sua execução; (iii) promover as adequações necessárias à implementação do projeto piloto; (iv) identificar, elaborar e executar ações complementares ao Plano de Trabalho necessárias à garantia dos direitos humanos dos beneficiários e à consecução dos objetivos do empreendimento; (v) fornecer subsídios para os trabalhos do Núcleo de Gestão Integrada.

As reuniões desse grupo ocorreram quinzenalmente nos primeiros seis meses da inauguração do empreendimento e, a partir do mês de agosto, optou-se por realizá-las mensalmente, tendo em vista que não havia mais necessidade de encontros presenciais deste núcleo, uma vez que questões consideradas urgentes foram resolvidas através de e-mail e pelo grupo de *whatsapp* criado com todos os membros do núcleo. O total de reuniões no período de um ano foi dezoito e o número médio de participantes foi oito pessoas. As pautas recorrentes foram: inadimplência, atividades e ações no empreendimento e discussão de casos específicos, envolvendo temas variados: violência doméstica, conflitos entre moradores, dificuldade de pagar os gastos com a nova moradia, uso abusivo de álcool e outras drogas, questões de saúde mental, organização para limpeza e retirada de lixo entre os moradores, dificuldades de adaptação com a nova moradia (muita liberdade e vida solitária estão entre os temas debatidos).

Como balanço, foi possível concluir que este núcleo conseguiu desenvolver ações preventivas frente a situações que colocam em risco a permanência das famílias no empreendimento; realizou a substituição de famílias beneficiárias e encaminhamento conjunto para casos de pessoas/famílias que

não se adaptaram ao programa. Avaliou-se também que a SEHAB liderou de forma mais intensiva a relação com o grupo de apoio dos moradores na implementação de projetos comunitários, campanhas educativas de saúde e preservação do espaço habitado. Verificou-se a necessidade de fortalecer a informação sobre os recursos do território aos moradores e fortalecer ações que facilitem o acesso a políticas de elevação da escolaridade e geração de renda. Também, foi discutido que é necessário um olhar conjunto, mais atento e com respostas mais rápidas aos grupos mais vulneráveis (crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, LGBTI, idosos e mulheres). Identificou-se que é necessário fortalecer a articulação com as unidades CAPS e CAPS AD do território, com ações voltadas para prevenção e tratamento de demandas de saúde mental, bem como abuso e dependência química. A busca ativa dos moradores a esses serviços, da forma como se prevê na rede de saúde, muitas vezes não ocorreu, prejudicando adaptação ao projeto piloto. Por fim, sobre os casos de inadimplência, concluiu-se que é necessário elaborar uma estratégia de abordagem conjunta entre as Secretarias. Assim, o balanço final deste núcleo foi que ele tem atribuições bem definidas e o trabalho social vinculado a ele deve ser intensificado, principalmente com a participação das Secretarias de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

F. Núcleo de Monitoramento e Avaliação

As atribuições previstas para o Núcleo de Monitoramento e Avaliação são: (i) formular metodologia de monitoramento e avaliação, inclusive buscando parcerias para esta ação; (ii) coletar informações e realizar o monitoramento e avaliação, incluindo avaliações parciais do projeto ao fim das etapas e a avaliação final de resultados e impactos; (iii) apontar ações necessárias para qualificar a intervenção ao longo do processo de trabalho conjunto, detectadas pelas avaliações parciais; (iv) realizar atividades de avaliação e compartilhamento do conhecimento sobre o projeto com instâncias da sociedade civil; (v) sistematizar a experiência com vistas a subsidiar ações futuras destinadas à população em situação de rua.

As reuniões desse grupo ocorreram em grande parte de forma mensal. Em um ano, se reuniram aproximadamente 15 vezes e o número médio de participantes por reunião foi cinco pessoas. As pautas recorrentes foram: objetivo e resultados do projeto piloto; metodologia de monitoramento e avaliação; parceria com pesquisadoras; indicadores para avaliação.

O grupo formulou e implementou o sistema de monitoramento e avaliação nos termos pactuados entre as secretarias (fluxos, protocolos e meio de coleta); consolidou parceria com especialistas na temática; e incorporou perguntas ao questionário aplicado pela empresa Diagonal. Porém, não conseguiu realizar oficinas trimestrais de monitoramento, avaliação e atualização com as Secretarias e com os moradores e não conseguiu entregar o primeiro relatório após 6 meses da entrega do empreendimento. Como abordado anteriormente, os técnicos responsáveis por estas atribuições tinham outras demandas, além do acompanhamento do projeto piloto, o que prejudicou as metas colocadas.

O balanço final do trabalho deste grupo foi de que as reuniões realizadas cumpriram com seu propósito ao se constituírem como um importante espaço para definição da metodologia para o

monitoramento e avaliação do projeto piloto, bem como de discussão qualificada sobre o projeto com o grupo de pesquisadoras voluntárias. A parceria com as pesquisadoras voluntárias foi positiva ao qualificar a discussão acerca da metodologia de avaliação, e também em relação ao acompanhamento da equipe de trabalho, ao passo que questionavam a forma como estava se dando a abordagem com os moradores para solucionar conflitos e impedir que as pessoas deixassem o projeto piloto e retornassem à rede de acolhimento da política socioassistencial.

Apesar disso, entende-se ainda como um ponto de atenção ao trabalho realizado pelo Núcleo a falta clareza sobre as competências do monitoramento realizado pela SEHAB/Diagonal e o deste núcleo. Sabe-se que a SEHAB realizada anualmente pesquisa de monitoramento com os moradores de todos os empreendimentos do Programa de Locação Social, em que o foco são os moradores. Por isso, ao longo dos meses o Núcleo de Monitoramento e Avaliação foi entendendo que o aspecto “condições de vida dos beneficiários” poderia ser estudado com base nas informações já coletadas pela SEHAB, e apenas com a inclusão de algumas perguntas propostas por este núcleo, como relatado anteriormente.

Consoante a isso, cabe maior atenção ao outros dois aspectos “gestão intersecretarial” e “manutenção do patrimônio”, a fim de gerar informações mais efetivas à avaliação da política.

No mais, também se entende como necessária maior atenção ao compartilhamento e discussão dos resultados do projeto com os moradores e outros setores do governo e sociedade civil.

G. Percepção das equipes sobre a gestão integrada do empreendimento

Os gráficos a seguir demonstram a opinião dos trabalhadores envolvidos no projeto piloto acerca do trabalho integrado realizado ao longo de quase um ano da inauguração do empreendimento. Foram coletadas 19 respostas, sendo seis respondentes da SEHAB e Diagonal, três da COHAB, três da SMADS, seis da SMDHC, e uma pessoa da SMS. O questionário foi aplicado no mês de dezembro de 2019 e as perguntas foram formuladas pelos técnicos do Núcleo de Monitoramento e Avaliação.

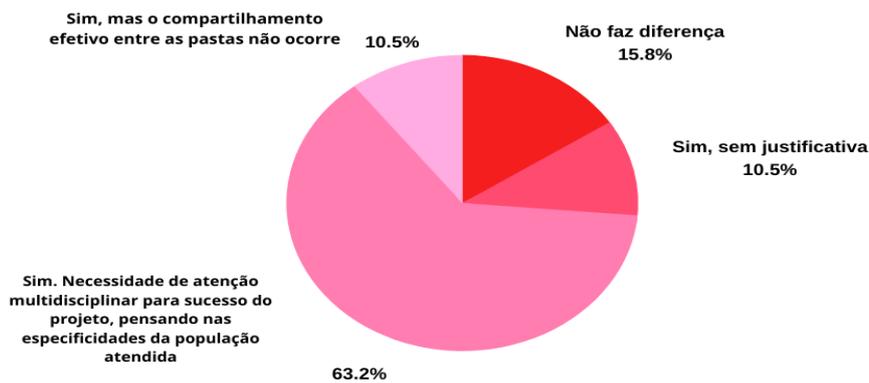
Foi perguntado se faz diferença o empreendimento ter uma gestão intersecretarial e 84,2% dos técnicos respondeu que sim, o que representa grande parcela das pessoas envolvidas, consolidando a estratégia de execução de políticas de forma integrada. Também foi perguntado se os técnicos sentem falta de outra Secretaria ou órgão para atuar na gestão do empreendimento, e chama atenção a resposta que 41,7% das pessoas respondeu que sente falta da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET), muito em função das dificuldades apresentadas para inserção produtiva e geração de renda pelos moradores. Destaca-se também a informação que 29,2% das respostas indicou que sente falta de Secretarias já atuantes na gestão do projeto piloto, fator que pode ser explicado pela sobrecarga de trabalho dos técnicos, falta de respaldo das chefias e dos Gabinetes para atuação no Programa ou mesmo questionamento quanto à metodologia de inédita de trabalho social em locação social para pessoas em situação de rua.

Quando questionados em relação aos desafios no seu trabalho, 31,6% indicou como o grau de autonomia dos moradores e 21,1% indicou que falta uma equipe nomeada unicamente para atuação no programa de locação social. Em relação aos desafios do projeto piloto de locação social para população

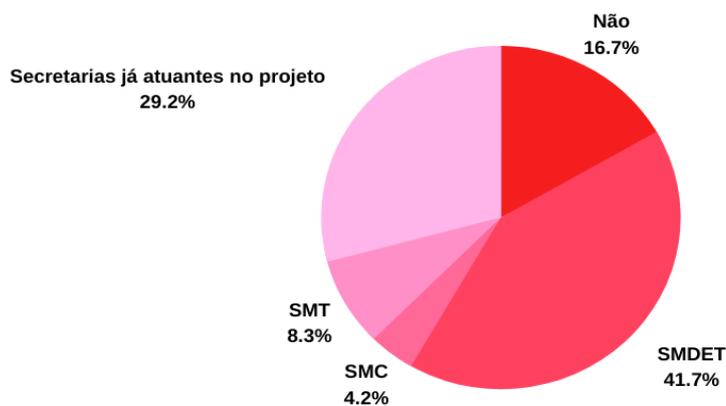
em situação de rua, os elementos que mais apareceram foram: geração de renda dos moradores (31,6%), fragilidade de gestão intersecretarial (31,6%) e autonomia dos moradores (26,3%). Como sugestão de melhorias, os técnicos indicaram: qualificar a articulação política, qualificar os critérios de seleção, realizar acompanhamento mais personalizado dos moradores e, por fim, criação de equipe específica para coordenar a gestão do programa e a manutenção do patrimônio.

A seguir, são apresentados os gráficos que ilustram as respostas às perguntas:

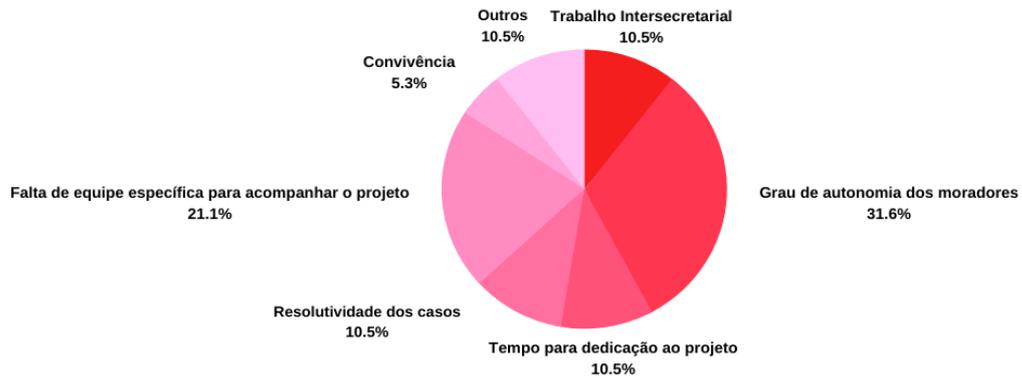
Na sua opinião, faz diferença a gestão do Projeto Piloto ser compartilhada entre SEHAB, COHAB, SMDHC, SMS e SMADS? Por quê?



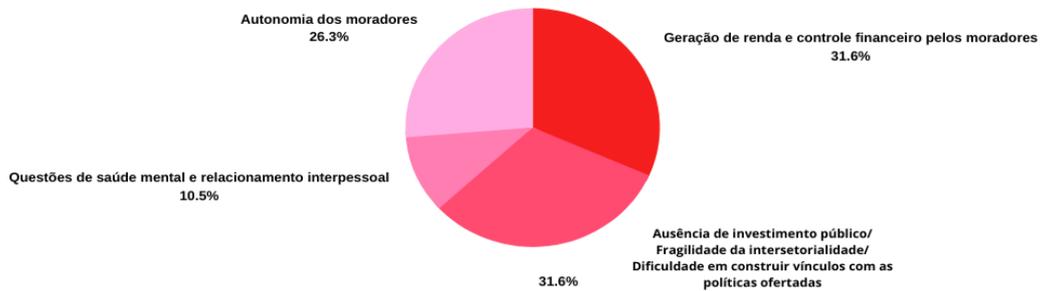
Você sente falta de alguma outra Secretaria ou órgão para atuar conjuntamente no Projeto Piloto? Se sim, qual?



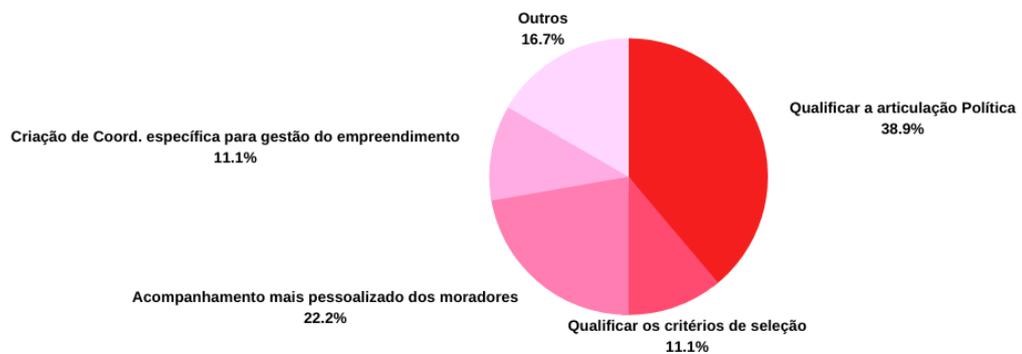
Na sua opinião, quais são os principais desafios encontrados no seu trabalho no âmbito do Asdrúbal II?



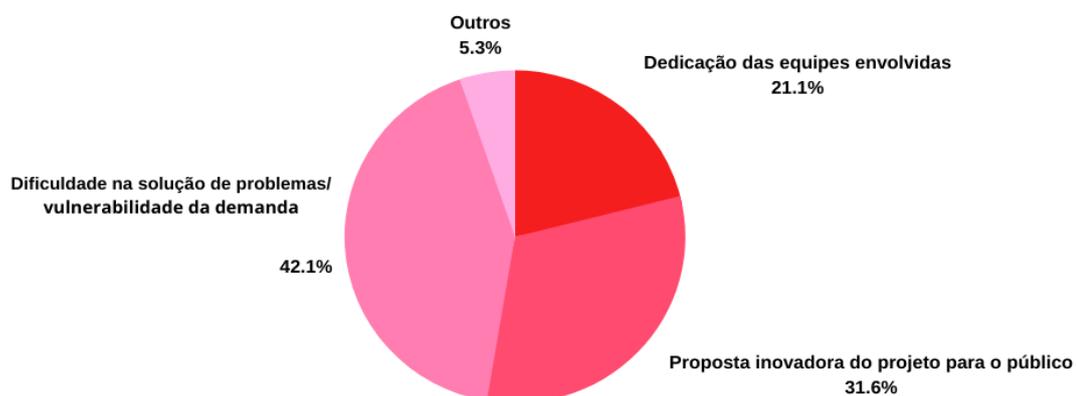
Na sua opinião, quais são os principais desafios encontrados na locação social para a população em situação de rua?



Quais são suas sugestões de melhorias para a execução do Projeto Piloto?



O que mais chama a sua atenção no Projeto Piloto?



Gestão Setorial do empreendimento

Nesse item será descrita a atuação de cada Secretaria utilizando como base documentos produzidos ao longo do ano, previstos no Termo de Cooperação, como a Portaria de Nomeação, o Plano de Trabalho e os Planos de Ação de cada Secretaria.

Em alguns casos, a Portaria de Nomeação não foi citada dada a alteração de funcionários representando as pastas no projeto ao longo do primeiro ano. Também, somente em alguns casos foi possível calcular o custo do projeto por Secretaria. Nesses casos, o custo do projeto foi feito a partir da sistematização do valor dos recursos humanos, isto é, o número de trabalhadores envolvidos e a quantidade de horas que eles dedicam ao projeto e o valor pago por sua hora. E, por fim, foram elencadas as atividades que cada Secretaria realizou no empreendimento durante esse período.

Será publicado, no âmbito do projeto piloto, relatório específico que sintetiza os gastos de cada Secretaria, tanto de recursos humanos, mas também outras despesas, de forma a analisar o custo do total do programa. Também, será incluído nesse relatório investimentos financeiros feitos pelas Secretarias no projeto piloto com equipe de gerenciadora e manutenção.

A seguir, são elencadas as principais ações da Fase III do projeto piloto, que é o trabalho social de acompanhamento da população pós-ocupação das unidades habitacionais e a gestão do conjunto habitacional.

H. Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)

No que concerne ao valor despendido pela Secretaria Municipal de Habitação com relação aos técnicos que trabalham no projeto, é apresentada uma previsão feita pela Secretaria que calcula, a partir do valor da hora dos técnicos, com a quantidade de horas trabalhadas mensalmente, o cálculo do custo de recursos humanos para o empreendimento.

Assim, foi verificado que o valor total mensal despendido com recursos humanos pela SEHAB é R\$3.413,07. Além disso, importante lembrar que a SEHAB realiza a contratação de serviços técnicos especializados de trabalho social para atuação no empreendimento. Os valores gastos com essa

CARGO	CÁLCULO HORA	HORA MENSAL	CÁLCULO MÉDIO MENSAL - ASDRÚBAL
Analista Desenvolvimento e Assistência Social - DTS Centro	R\$ 35,63	60h	R\$ 2.137,86
Analista Desenvolvimento e Assistência Social – CTS	R\$ 35,63	10h	R\$ 356,31
Diretor Departamento - DPTS	R\$ 45,25	10h	R\$ 452,51
Diretor Departamento - DTS Centro	R\$ 19,20	10h	R\$ 191,98
Coordenador - CTS	R\$ 27,44	10h	R\$ 274,41
TOTAL DE CUSTO MENSAL COM RH - SEHAB	-	100h	R\$ 3.413,07

empresa serão demonstrados em momento posterior, conforme informado anteriormente.

A Secretaria Municipal de Habitação é responsável pelo Trabalho Social associado à política habitacional, conjunto de estratégias, processos e ações realizado junto à população beneficiária da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade da intervenção. A seguir, as ações principais realizadas pela SEHAB:

- Instalação de plantão social

A instalação do escritório/plantão social constituiu-se em elemento essencial para o acompanhamento social às famílias, prestando esclarecimentos e orientações individuais durante todo o processo. Os plantões sociais ocorreram (e continuam ocorrendo) duas vezes por semana no empreendimento, das 10h às 16h, e são feitos por técnica da equipe da Diagonal, empresa contratada pela SEHAB. Os plantões são feitos tanto por técnica da área de serviço social, como psicologia. Trata-se de ferramenta estratégica para consolidar uma relação de proximidade com os moradores, baseada no respeito e compreensão das experiências vivenciadas. A seguir, as ações principais do plantão social:

- Atendimentos individualizados para orientações e apoio na resolução de problemas de convivência, cumprimento de normas, problemas relacionados à intervenção física etc;
 - Identificação de situações de vulnerabilidade a serem priorizadas pela ação intersecretarial;
 - Articulação com os setores competentes, para acompanhar demandas identificadas e definir encaminhamentos com abordagem integrada.
- Atividades que promovem a adaptação à nova moradia

Abordagem de temas socioeducativos focados na adaptação e convivência coletiva, principalmente aqueles pautados no sentimento de pertença em relação à moradia e áreas coletivas do edifício. As ações buscam estimular a integração e senso de coletividade, a formação de vínculos e mudanças comportamentais, levando em consideração a ruptura com as práticas anteriormente conhecidas e favorecendo novas condutas e a nova relação com o bairro e a cidade. A seguir, as ações principais para promoção da adaptação à nova moradia:

- Reuniões de recepção das famílias/pessoas no empreendimento, levantamento de interesses e expectativas para o início das ações socioorganizativas;
 - Reuniões, oficinas e palestras para abordagens sobre a inserção na nova moradia e fomento a apropriação, uso e manutenção das áreas privativas e áreas comuns e segurança patrimonial;
 - Reuniões com os moradores para discutir coletivamente os desafios relacionados à mudança de hábitos, e as práticas de higiene e saúde, e para definir ações de interesses sobre o tema;
 - Atividades em parceria com Concessionárias para orientação quanto ao uso racional das redes de abastecimento (água, esgoto e energia elétrica);
 - Realização de oficinas em parceria com órgãos de limpeza urbana e saúde, sobre coleta e destinação do lixo, conservação das áreas verdes etc;
 - Reuniões para discussão sobre as especificidades da nova moradia no que se refere aos direitos e deveres, espaços privados e espaços coletivos e ao respeito às regras mínimas de convivência e relacionamento entre vizinhança;
 - Visitas domiciliares e contatos para disseminação das normas internas de convivência, orientações e resoluções de conflitos;
 - Desenvolvimento de oficinas e rodas de conversa que promovam discussões e reflexões relacionadas ao orçamento doméstico, trabalhos artesanais, alimentação sustentável etc;
 - Realização de eventos temáticos, de acordo com datas comemorativas (Festa Junina, Natal, Páscoa, Dia das Crianças, etc).
- Estímulo à organização e gestão condominial

Relaciona-se às atividades com vistas à ampliação dos níveis de organização, autonomia e protagonismo na gestão do empreendimento. Por meio de aportes legais, os moradores e grupo de apoio, se apropriam das questões acerca do condomínio, da convenção condominial e Regulamento Interno. As discussões, realizadas em oficinas e reuniões gerais ou grupais, buscam criar um modelo organizativo compatível com as características do projeto, e estabelecer pactos de corresponsabilidade entre população e grupo de apoio, e destes com o poder público e, especificamente, com a COHAB-SP, responsável pela gestão do empreendimento, conforme regras do Programa de Locação Social, ao qual o projeto está inserido. A seguir, as ações principais para estímulo à organização e gestão condominial:

- Reuniões com os moradores para estabelecimento de diretrizes para a vivência coletiva, buscando consensos e a apropriação de novos hábitos de convivência, cumprimento de regras e pagamento das taxas e tarifas de serviços públicos;
 - Treinamento dos integrantes do grupo de apoio à gestão, visando habilitá-los em suas funções, instrumentalizando-os para a gestão, uso e manutenção dos equipamentos e serviços implantados;
 - Orientação e suporte técnico ao grupo de gestão do condomínio e apoio nos procedimentos necessários para cumprimento das regras do Regulamento Interno, que venham a ser assumidos em seu cotidiano.
- Educação ambiental e patrimonial

As ações aqui propostas visam à conservação e manutenção das unidades habitacionais e das áreas coletivas, com ênfase na sustentabilidade ambiental e patrimonial. Prevaecem discussões e reflexões de práticas coletivas que criam valores comuns, e que favoreçam o compromisso com a conservação e manutenção dos apartamentos e espaços coletivos. As atividades envolvem os agentes públicos do Meio Ambiente e da Saúde, dentre outros parceiros comprometidos com a temática. A seguir, as ações principais para educação ambiental e patrimonial:

- Palestras e reuniões de orientação sobre a deposição de lixo orgânico, separação de lixo e reciclagem;
 - Mobilização e sensibilização de moradores e grupos de segmentos para participação em eventos que estimulem a limpeza e conservação das áreas comuns, plantio nas áreas verdes e formação de hortas, cuidados com animais de estimação, etc.
- Abordagem integrada de casos de vulnerabilidade elevada

As ações são pautadas na identificação e atuação preventiva sobre casos de vulnerabilidade acentuada, com vistas à sustentabilidade e permanência das famílias/pessoas no programa. Essas ações também têm acompanhamento mais específico por SMADS, de forma conjunta à SEHAB. A seguir, as ações principais de abordagem integrada de casos de vulnerabilidade elevada:

- Participação em reuniões com outras Secretarias envolvidas sobre os casos que exigem maior acompanhamento e, definição, junto ao morador, de estratégias para permanência

no programa ou, caso se chegue à conclusão do desligamento, acompanhamento para retorno à rede de acolhimento da política socioassistencial;

- Avaliação e monitoramento do acompanhamento interdisciplinar aos moradores;
- Elaboração e distribuição de materiais informativos e manuais de orientação visando instrumentalizar o grupo de apoio no planejamento e execução de futuros projetos no empreendimento.

I. Companhia Metropolitana de Habitação De São Paulo (COHAB-SP)

No que concerne ao valor despendido pela Companhia Metropolitana da Habitação (COHAB-SP) com relação aos técnicos que trabalham no projeto, é apresentada uma previsão feita pela Companhia que calcula, a partir do valor da hora dos técnicos, com a quantidade de horas trabalhadas mensalmente, o cálculo do custo de recursos humanos para o empreendimento.

Assim, foi verificado que o valor total mensal despendido com recursos humanos pela COHAB-SP é R\$6.559,44. Além disso, COHAB-SP é responsável pela contratação de segurança, e esse gasto mensal é R\$ 27.941,97, ou seja, o total gasto com recursos humanos pela COHAB-SP é R\$ 34.501,41.

CARGO COHAB	CÁLCULO HORA	HORAS DEDICADAS AO MARIO DE ANDRADE (mensal)	CÁLCULO MÉDIO MENSAL - ASDRÚBAL
Servidor 1	24,06	24	R\$ 577,44
Servidor 2	14,13	24	R\$ 339,12
Servidor 3	19,69	24	R\$ 472,56
Servidor 4	19,61	24	R\$ 470,64
Servidor 5	12,13	24	R\$ 291,12
Servidor 6	13,83	24	R\$ 331,92
Servidor 7	73,18	24	R\$ 1.756,32
Servidor 8	34,67	24	R\$ 832,08
Servidor 9	31,01	24	R\$ 744,24
Servidor 10	31,00	24	R\$ 744,00
TOTAL DE CUSTO MENSAL COM RH COHAB		240	R\$ 6.559,44
Custo Mensal de um Posto 24 horas de Segurança			R\$ 27.941,97
TOTAL			R\$ 34.501,41

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo é responsável pela gestão do empreendimento. Trata-se da gestão do edifício, abrangendo os aspectos patrimoniais, condominiais, administrativos e financeiros. Sua execução é coordenada pela COHAB-SP e para o projeto piloto foi

organizada em dois eixos de ação: (i) gestão patrimonial e condominial e (ii) gestão administrativa e financeira.

- Gestão patrimonial e condominial

O objetivo da gestão patrimonial e condominial é assegurar a manutenção e a organização do empreendimento em pleno funcionamento, ordem e boas condições de habitabilidade e teve como ações principais:

- Contratação e fiscalização dos serviços necessários de manutenção (limpeza caixa d'água, elevador, dedetização, etc);
- Prestação de atendimento dos chamados técnicos de vistoria nas unidades habitacionais;
- Zelo pela guarda e conservação do empreendimento, evitando quaisquer danos ou irregularidades;
- Apoio aos moradores e Grupo de Apoio na limpeza e organização das áreas condominiais;
- Realização da análise das despesas condominiais e atualização da taxa condominial.

- Gestão administrativa e financeira

No que tange ao eixo da gestão administrativa e financeira, tem como objetivo garantir a adequada gestão administrativa e financeira do empreendimento, por meio da regularidade dos contratos de locação, da gestão do fluxo financeiro dos recursos arrecadados e do pagamento das despesas comuns. Teve como ações principais:

- Análise da documentação dos locatários a fim de providenciar assinatura, renovação e cancelamento dos contratos de locação, se necessário;
- Emissão mensal dos boletos de aluguel e condomínio;
- Monitoramento mensal dos recebimentos de aluguel e condomínio e o saldo das contas do Fundo de Manutenção e Condomínio;
- Pagamento das contas condominiais e das Concessionárias (energia, gás do condomínio e água geral);
- Promoção de ações informativas com vistas à adequada utilização dos equipamentos, instalações sanitárias e infraestrutura instalada;
- Monitorar dados de inadimplência junto ao Núcleo Técnico Executivo;
- Elaboração de prestação de contas, mensal e anual, dos recursos investidos no Programa de Locação Social;

J. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

No que concerne ao valor despendido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social com relação aos técnicos que trabalham no projeto, é apresentada uma previsão feita pela Secretaria que calcula, a partir do valor da hora dos técnicos, com a quantidade de horas trabalhadas mensalmente, o cálculo do custo de recursos humanos para o empreendimento.

Assim, foi possível concluir que o custo total mensal do empreendimento, em relação a recursos humanos, para SMADS é R\$ 776,02.

CARGO	CÁLCULO HORA	HORA MENSAL	CÁLCULO MÉDIO MENSAL - ASDRÚBAL
Servidor 1	R\$ 35,51	10h	R\$ 355,14
Servidor 2	R\$ 42,08	10h	R\$ 420,88
TOTAL DE CUSTO MENSAL COM RH SMADS	-	20h	R\$ 776,02

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é responsável pelo acompanhamento da população atendida no projeto piloto pela política de Assistência e Desenvolvimento Social. O objetivo da atuação da SMADS no projeto piloto é a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e de aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. A seguir, as ações principais realizadas pela SMADS:

- Atualização periódica do Cadastro Único das pessoas e famílias atendidas;
- Garantia da proteção integral às famílias, preferencialmente beneficiárias de programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família, PBF/PETI, Renda Mínima, Renda Cidadã e Ação Jovem) que não cumprem condicionalidades e os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Estabelecimento de protocolos de encaminhamento de referência e contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais e com as políticas intersecretariais e intersetoriais;
- Desenvolvimento de sistemática de atendimento para pessoas sós e famílias com elevado risco/fatores de risco, articulando a rede socioassistencial do território, abrangendo a Proteção Básica e a Proteção Especial, sempre que necessário.

K. Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pelo acompanhamento da população atendida no projeto piloto pela política de Saúde. O objetivo da atuação da SMS no projeto piloto é a promoção do acesso dos indivíduos e famílias aos serviços que compõem a rede de saúde do território, com vistas à garantia do atendimento integral dos moradores do empreendimento e à ação preventiva sobre fatores que possam levar ao retorno à situação de rua, vinculando-os à rede de saúde da região. A seguir, as ações principais realizadas pela SMS:

- Vinculação das famílias à Unidade Básica de Saúde – UBS República, a principal referência para o empreendimento Asdrúbal do Nascimento II, para demandas de atenção básica, tais como consultas, vacinação, entre outras demandas;
- Realização do atendimento da população por meio da equipe Estratégia de Saúde da Família (ESF) do referido território, com o objetivo de prevenir as necessidades da assistência emergencial, encaminhando os usuários e suas demandas, quando houver necessidade tanto da Atenção Básica como da rede de Saúde Mental no território;
- Coordenação de conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvam promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvidas por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizadas com equipe multiprofissional e dirigidas à população;
- Realização de visitas domiciliares
 - A primeira visita para apresentação da equipe da ESF ao empreendimento foi realizada em março/2019, em reunião com os moradores. Em 18/03/2019 foi iniciado o processo de cadastramento e referenciamento dos moradores à UBS República;
 - A equipe de ESF realizou visitas domiciliares periódicas para acompanhamentos de saúde. As visitas domiciliares são feitas pelo Agente Comunitário de Saúde que mantém a equipe da Unidade Básica ciente das dificuldades que encontra no local e também das necessidades das famílias que são apontadas e/ou percebidas. Médicos, enfermeiros e profissionais da equipe multiprofissional (NASF) também realizam visitas sempre que necessário e há frequente discussão de caso em equipe e espaços de matriciamento;
 - Os encaminhamentos e procedimentos são realizados através da Unidade Básica de Saúde, sendo importante e necessário a presença do usuário para dar seguimento sempre com orientações da equipe de ESF. Em situações de acompanhamentos/encaminhamentos os usuários são direcionados pela UBS ou compartilhados com a Equipe NASF;
 - Todos os casos que requerem acompanhamento, para além dos cuidados ofertados na Unidade Básica, são previamente avaliados, discutidos e encaminhados às especialidades quando necessário. Realiza-se também reuniões periódicas para

discussão dos casos com outros serviços de saúde e serviço da assistência para planejamento de ações em conjunto, tais quais: CAPS, PAI, CER, EMAD, CREAS e CRAS.

L. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

No que concerne ao valor despendido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com relação aos técnicos que trabalham no projeto, é apresentada uma previsão feita pela Secretaria que calcula, a partir do valor da hora dos técnicos, com a quantidade de horas trabalhadas mensalmente, o cálculo do custo de recursos humanos para o empreendimento.

Assim, foi possível concluir que o custo total do empreendimento para SMDHC é R\$ 1.921,23. Como o custo do projeto para a SMDHC se resume ao valor que cada funcionário dedica da sua semana para o empreendimento, uma vez que não há investimento de orçamento para manutenção do local, o custo do projeto piloto para SMDHC é de 1.921,23.

CARGO	CÁLCULO HORA	HORA MENSAL	CÁLCULO MÉDIO MENSAL - ASDRÚBAL
Servidor 1	R\$ 23,15	32h	R\$ 740,72
Servidor 2	R\$ 56,27	8h	R\$ 450,13
Servidor 3	R\$ 25,25	12h	R\$ 303,10
Servidor 4	R\$ 25,25	16h	R\$ 404,14
Servidor 5	R\$ 23,15	1h	R\$ 23,14
TOTAL DE CUSTO MENSAL COM RH SMDHC	-	59h	R\$ 1.921,23

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania é responsável pelo acompanhamento da população atendida no projeto piloto pela política de Direitos Humanos. O objetivo da atuação da SMDHC no projeto piloto é a execução de ações com vistas ao desenvolvimento social, à autonomia socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida dos moradores do projeto, fortalecendo a perspectiva de saída do contexto de vulnerabilidade associado à situação de rua. Além disso, também é atribuição da SMDHC a coordenação do monitoramento e da avaliação do projeto piloto, conforme descrito no início deste relatório. A seguir, as ações principais realizadas pela SMDHC:

- Articulação com a Secretaria Municipal de Educação para transferência das crianças e dos adolescentes para a rede de educação do território central.
 - Como mudaram para o empreendimento 17 crianças e adolescentes, foi necessário realizar uma articulação com a Secretaria Municipal de Educação para transferir as crianças e os adolescentes para as escolas e creches do território. Período desta ação: fevereiro a abril de 2019.

- Organização de um conjunto de rodas de conversas no molde “semana de direitos humanos”, que abordem os temas: sofrimento psíquico, direito da população LGBTI, álcool e outras drogas e direito das mulheres.
 - A semana de direitos humanos não foi realizada integralmente, contando com atividades pontuais ao longo de 2019. Em dezembro, por exemplo, foi realizada uma parceria com a Coordenação de Políticas para Mulheres da SMDHC, ocasião em que foi realizada oficina apenas para as mulheres do empreendimento, denominada “Abayomi”, na qual foram abordados temas como empoderamento da mulher, além de estabelecer um espaço de trocas entre as mulheres do Asdrúbal II.

- Articulação com SMADS para apresentação do Centro para Criança e Adolescente (CCA) do território e vinculação das crianças e dos adolescentes do empreendimento.
 - Foi realizada a articulação com a SMADS e, por meio do acompanhamento de uma técnica da SEHAB, foi realizada visita ao CCA do território e vinculação das crianças e dos adolescentes cujos responsáveis autorizaram. Período desta ação: julho a agosto de 2019.

- Articulação com a Secretaria Municipal de Educação para apresentação das escolas com EJA e dos CIEJA para vinculação dos adultos que demonstraram interesse no retorno à escola.
 - Uma conversa inicial foi realizada e alguns moradores puderam retomar os estudos com vistas à elevação da escolaridade. Período desta ação: maio de 2019 e janeiro de 2020.

- Articulação com SMDDET (Coordenadoria de Trabalho) para apresentação do Cate (Centro de apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) do território e promoção no equipamento de oficinas sobre currículos e sobre atitude em entrevistas.
 - A partir da articulação feita com o Cate, duas datas e quatro períodos foram reservados dentro do equipamento para que os moradores fossem até o local. Nesta ocasião, realizaram oficina de currículo, sobre como se comportar em entrevistas e também a inscrição do munícipe no sistema do Cate de disponibilização de vagas. Período desta ação: julho de 2019 e janeiro de 2020.

- Articulação com a SMDET (Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico) para estimular o cooperativismo e empreendedorismo dos moradores.
 - A atividade não foi realizada em 2019. Pretende-se articular atividade com a Coordenadoria para apresentar os projetos existentes assim que as restrições de isolamento social não forem mais necessárias, em função da pandemia do novo coronavírus.

- Promoção de ações sobre educação financeira e orçamento doméstico.
 - Foi realizado um evento no dia 25/07/2019 juntamente com a ONG Boa Vista. Na ocasião, foram apresentadas dicas básicas de finanças pessoais com os moradores e discutiu-se formas de guardar dinheiro e também negociar dívidas, com vistas à sustentabilidade econômica dos moradores.

- Desenvolvimento de ações de formação sobre Direitos Humanos e Cidadania, comunicação não violenta e cultura de paz.
 - Com o intuito de discutir a forma de se expressar, priorizando o fortalecimento de laços e a continuidade de bons relacionamentos e com o objetivo de se exercitar a capacidade de se expressar sem julgamentos e sem classificações de “certo” e “errado”, foram realizadas encontros com o Grupo de Apoio com técnicos que trabalham com o tema da comunicação não violenta. Período desta ação: junho, julho e agosto de 2019.

Monitoramento do projeto a partir dos objetivos estabelecidos

Conforme apresentado no início deste relatório, foram delimitados três aspectos para o monitoramento e avaliação do projeto piloto: condições de vida dos beneficiários; gestão intersecretarial e manutenção do patrimônio. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa em maio de 2019 e fevereiro de 2020, relativos às condições de vida dos beneficiários. Em 2019, o universo de entrevistados pela SEHAB foi de 34 pessoas (titulares das unidades habitacionais) e, pela SMDHC, 45 pessoas (titulares e cônjuges). Em 2020, o universo de entrevistados foi de 33 pessoas (titulares das unidades habitacionais).

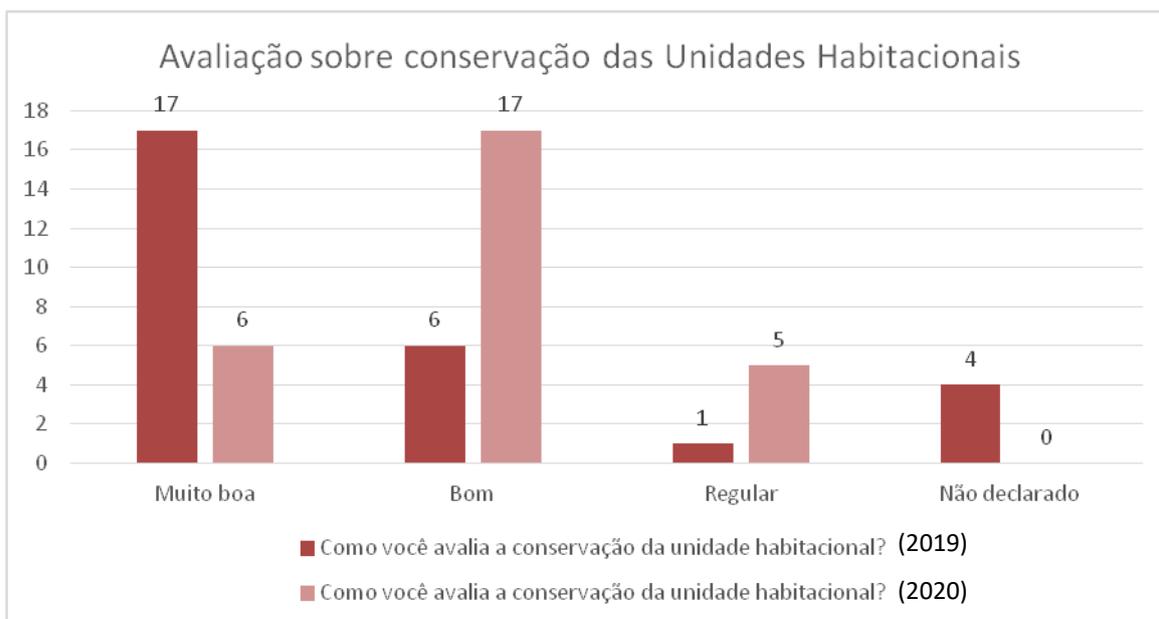
M. Condições de vida dos beneficiários

Objetivo 1 do projeto piloto: promover o acesso à moradia adequada e estável

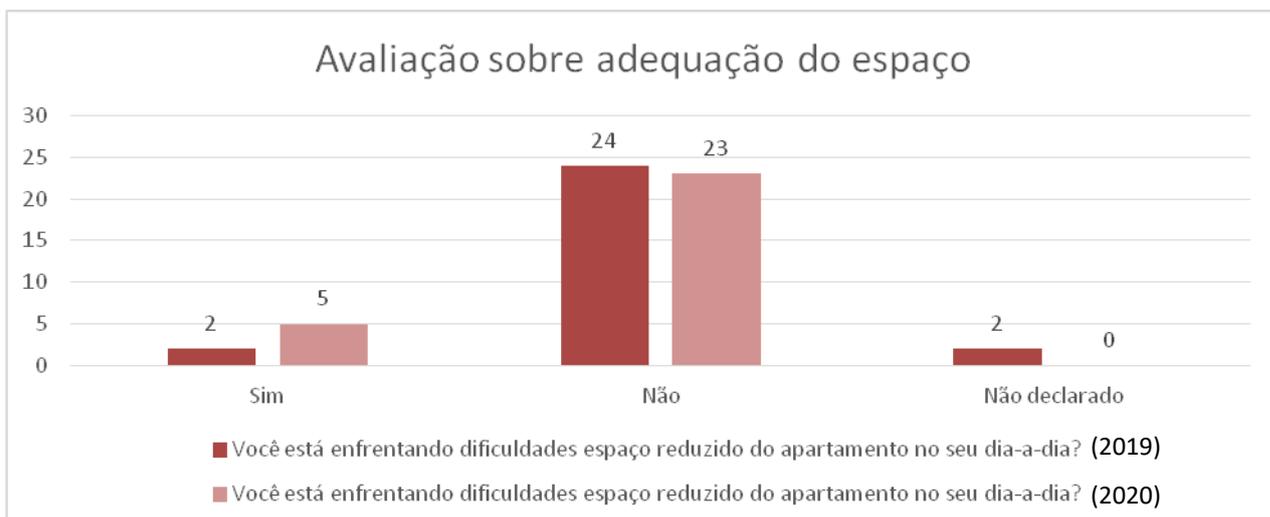
a) Moradia adequada: visa medir a satisfação da pessoa em relação às condições físicas da unidade habitacional e do empreendimento

1. Satisfação com a conservação do empreendimento

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



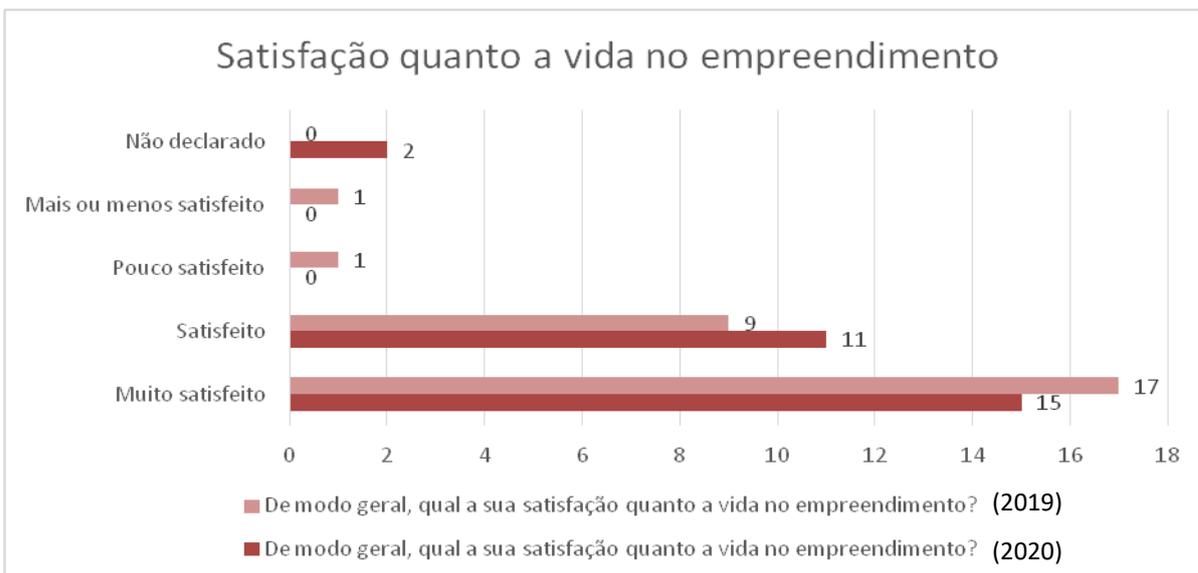
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.



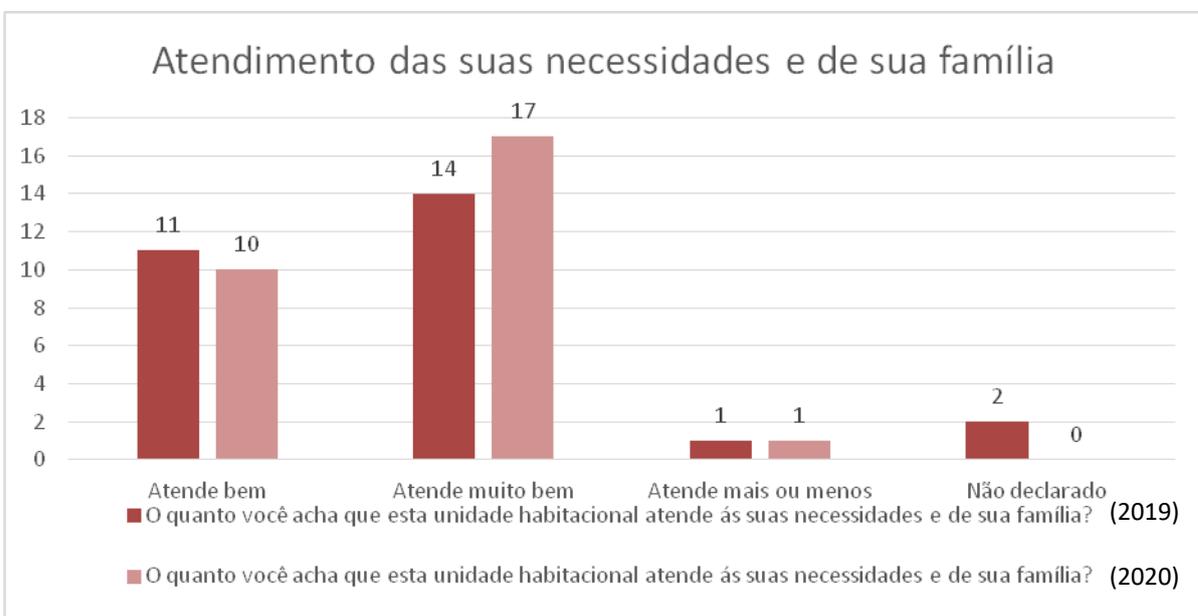
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

2. Satisfação com a vida no empreendimento

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.



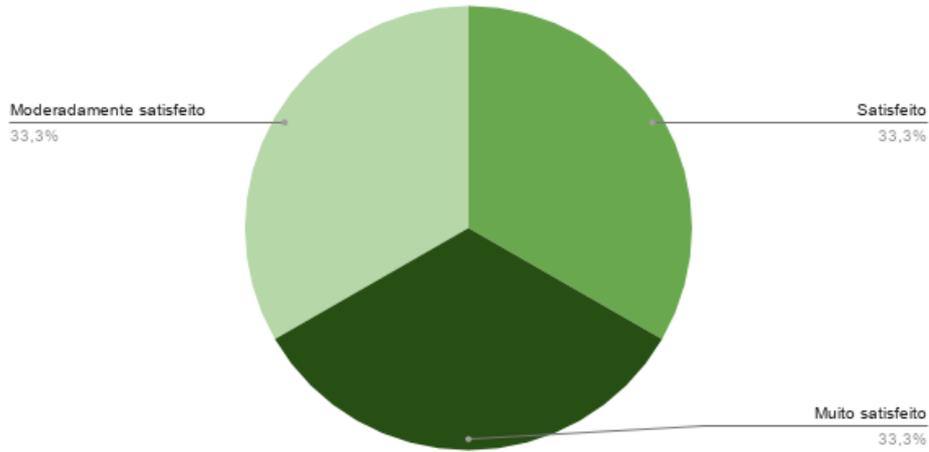
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

A seguir, é apresentado o indicador “satisfação com a vida no empreendimento”, mas organizado por grupo de demanda para entrada no empreendimento³.

³Grupo 1F: família de 2 a 5 membros com vulnerabilidade associada à idade - acima de 60 anos - e à pessoa com deficiência; Grupo 2F: família de 2 a 5 membros com vulnerabilidade associada à questão de gênero – mulher chefe de família, público trans – e à criança e adolescente; Grupo 3F: família de 2 a 5 membros sem vulnerabilidade sobreposta. Os Grupos 1S, 2S e 3S referem-se às mesmas vulnerabilidade (1, 2 e 3), mas em solteiros.

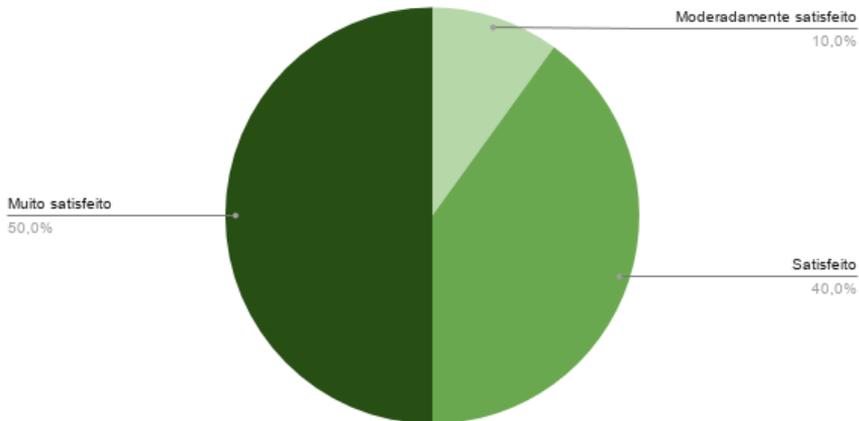
GRUPO 1F

Vulnerabilidade associada à idade e PCD



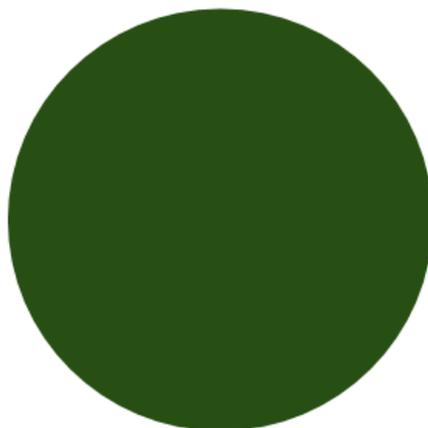
GRUPO 2F

Vulnerabilidade associada a gênero e criança e adolescente



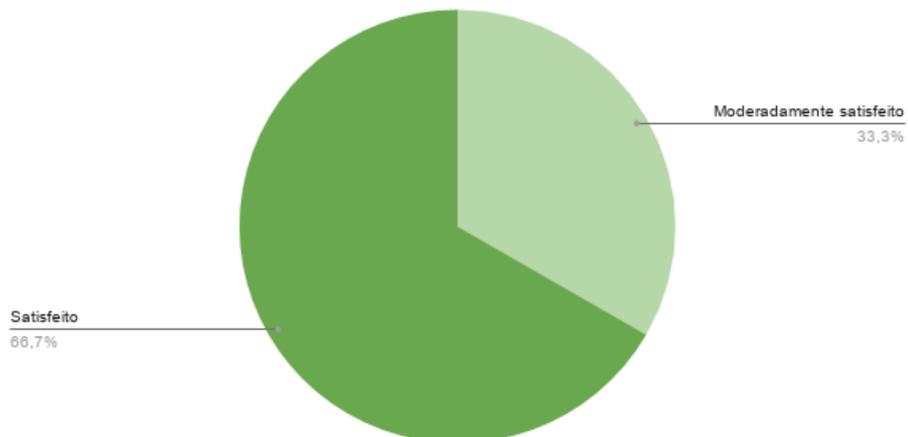
GRUPO 3F

Sem vulnerabilidade sobreposta



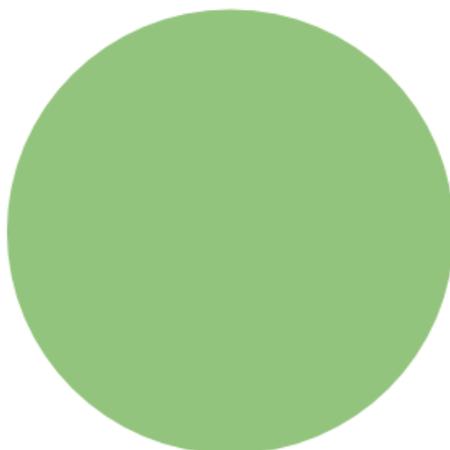
GRUPO 1S

Vulnerabilidade associada à idade e PCD



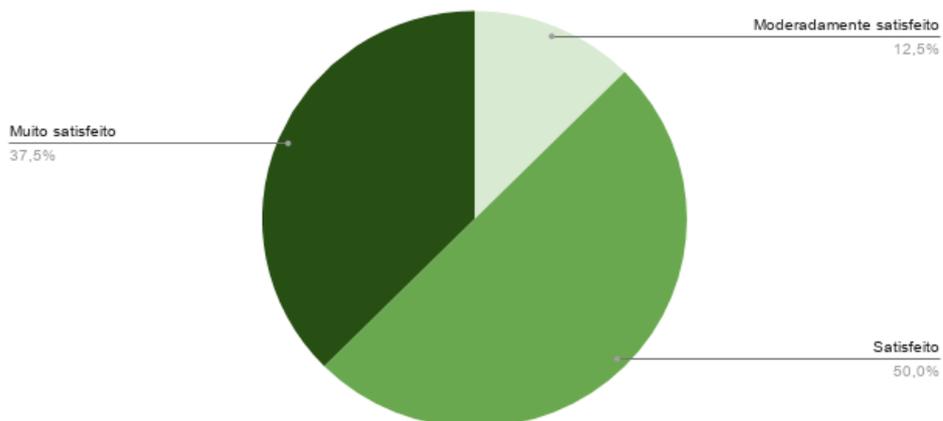
GRUPO 2S

Vulnerabilidade a gênero e criança e adolescente



GRUPO 3S

Sem vulnerabilidade sobreposta



3. Satisfação com a localização do empreendimento

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.

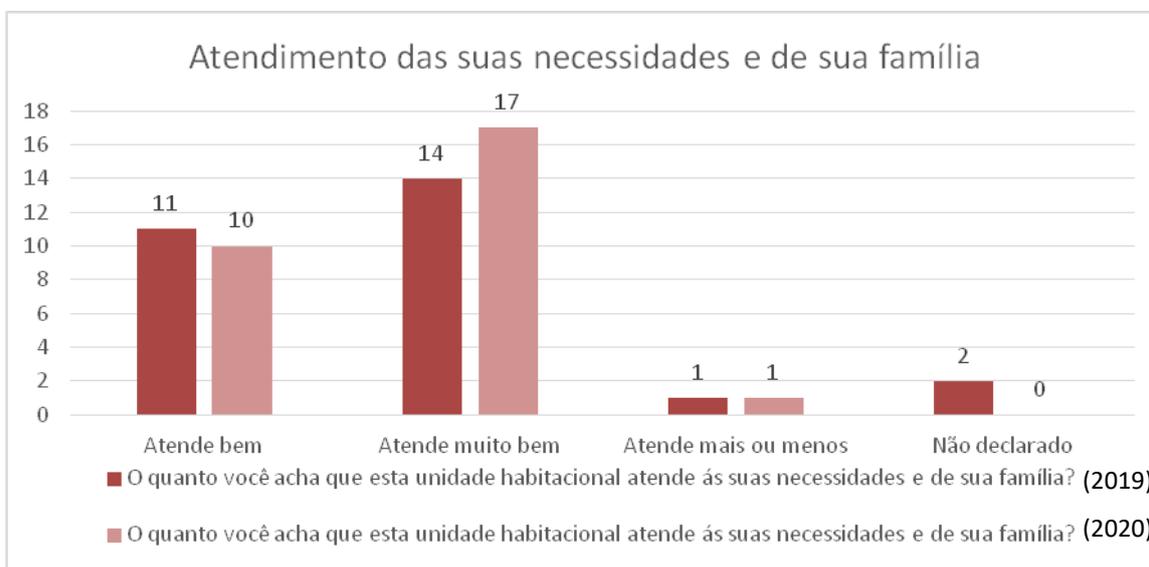


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

b) Moradia Estável: visa medir a percepção da pessoa em relação à adequação da unidade habitacional às suas necessidades e a capacidade de se manter na moradia.

4. Adequação da unidade às necessidades da família

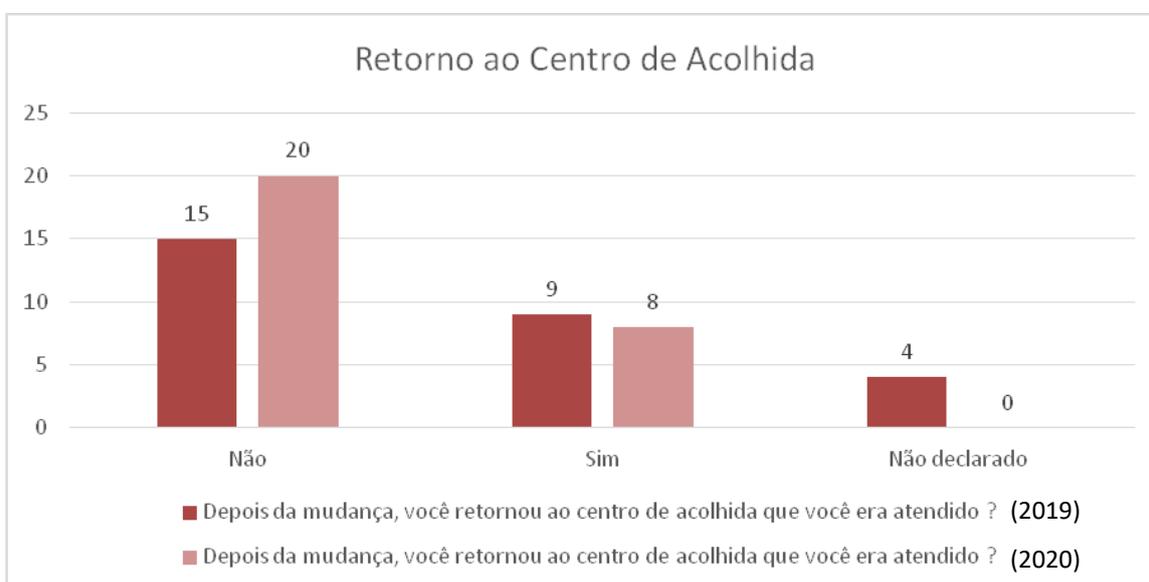
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

5. Adaptação ao modelo de moradia

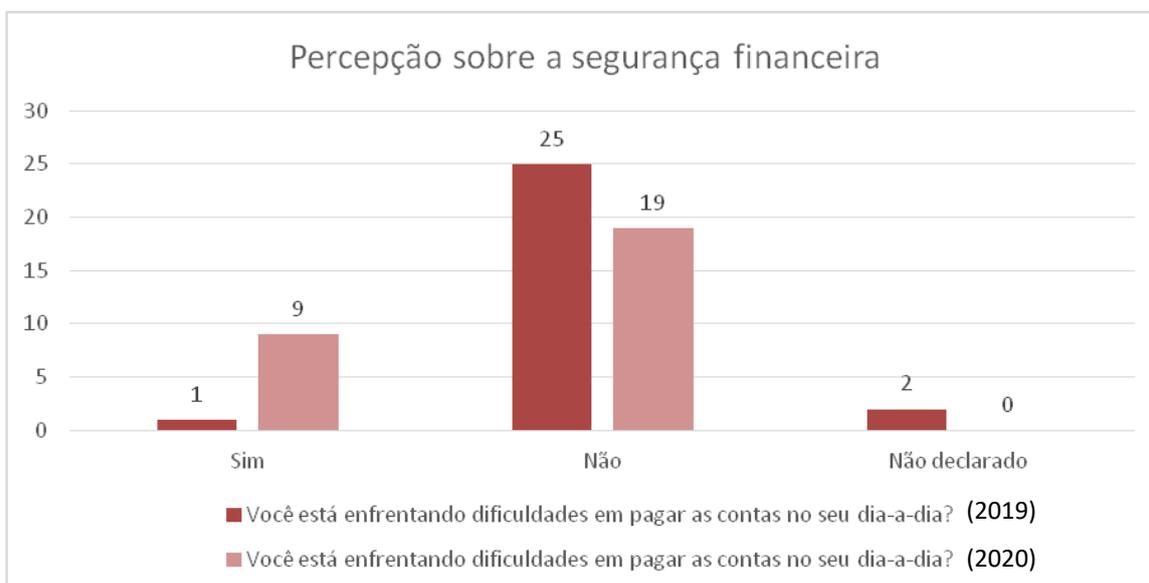
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

6. Percepção da segurança financeira

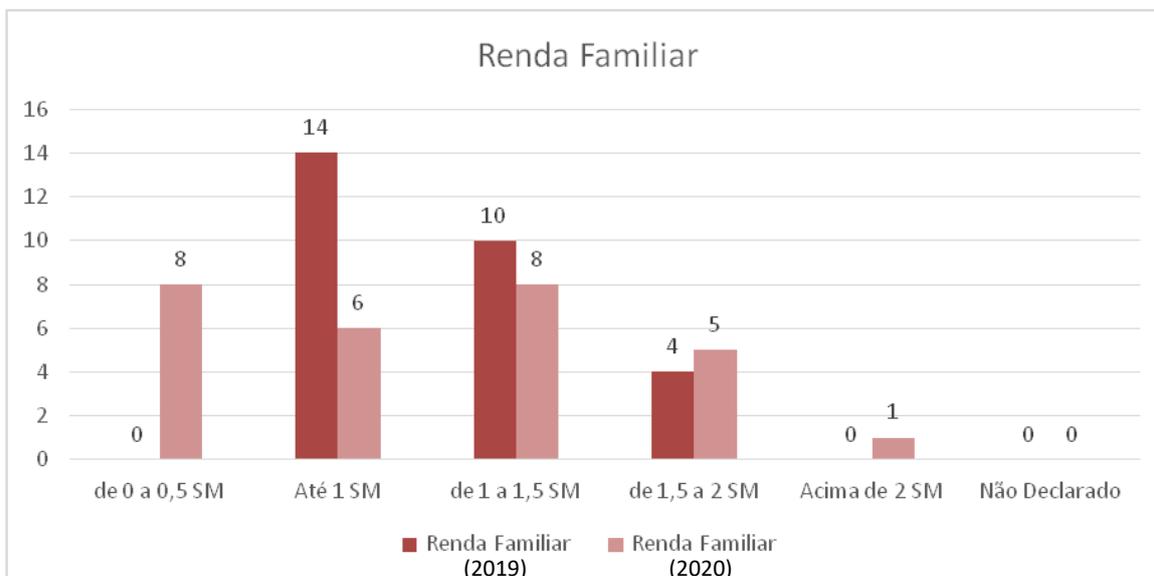
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

7. Renda Familiar

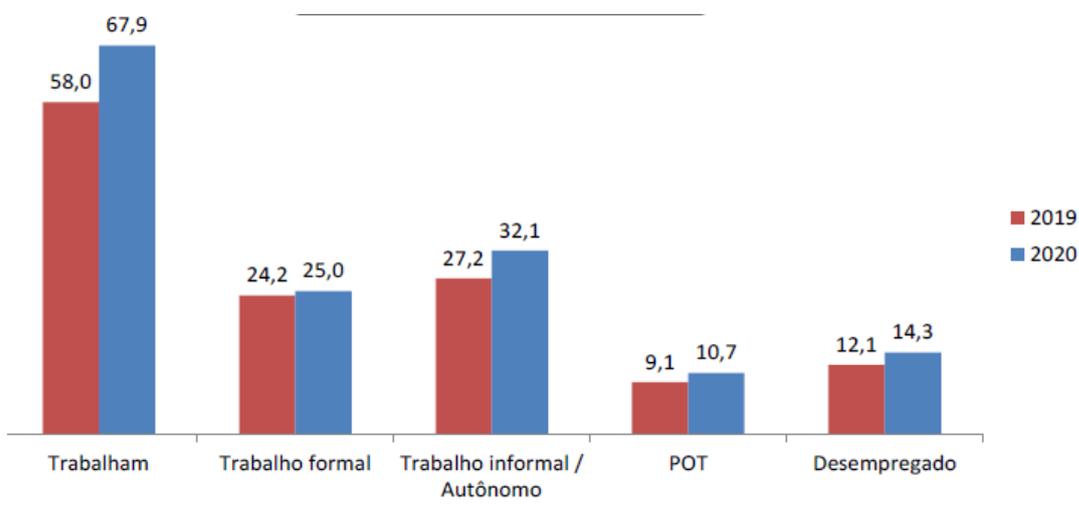
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

8. Origem da renda

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



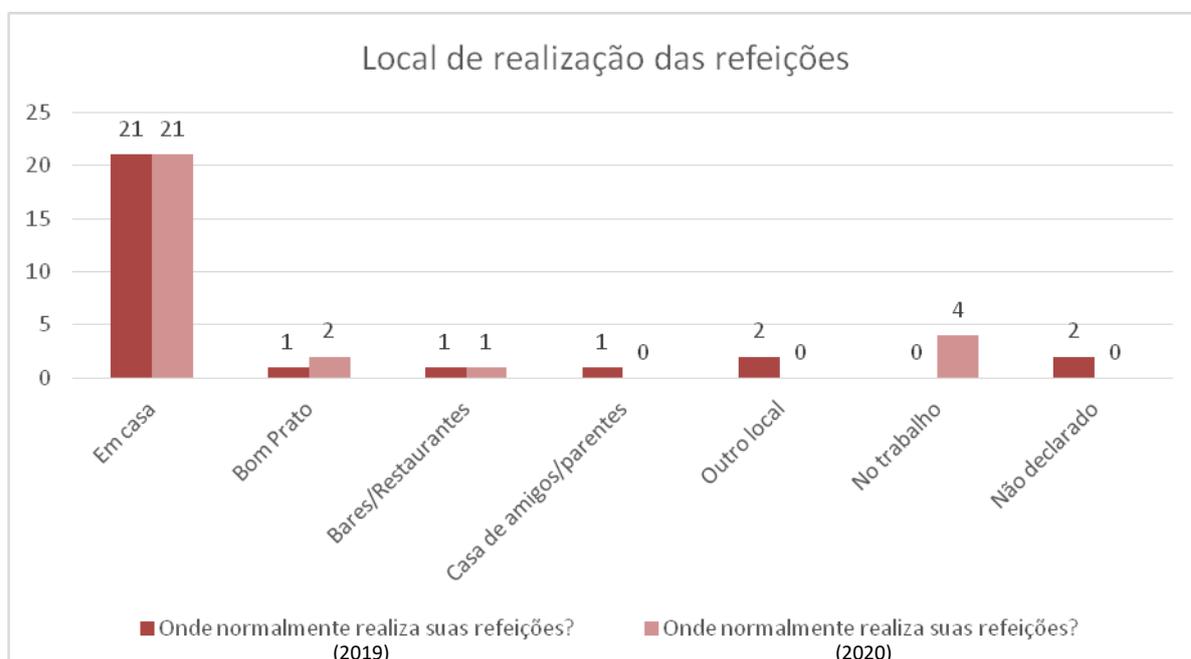
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

Objetivo 2 do projeto piloto: melhorar as condições/qualidade de vida dos moradores, com redução das vulnerabilidades sociais e construção de autonomia

a) Segurança alimentar: Visa medir as condições de acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

9. Local de realização das refeições

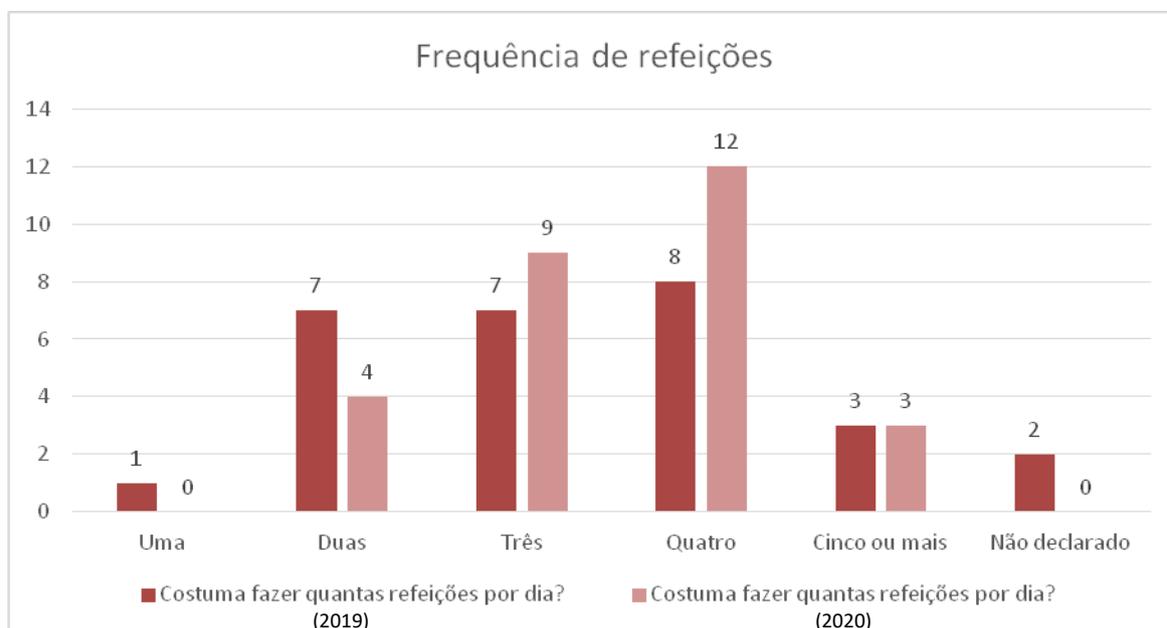
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

10. Frequência de alimentação

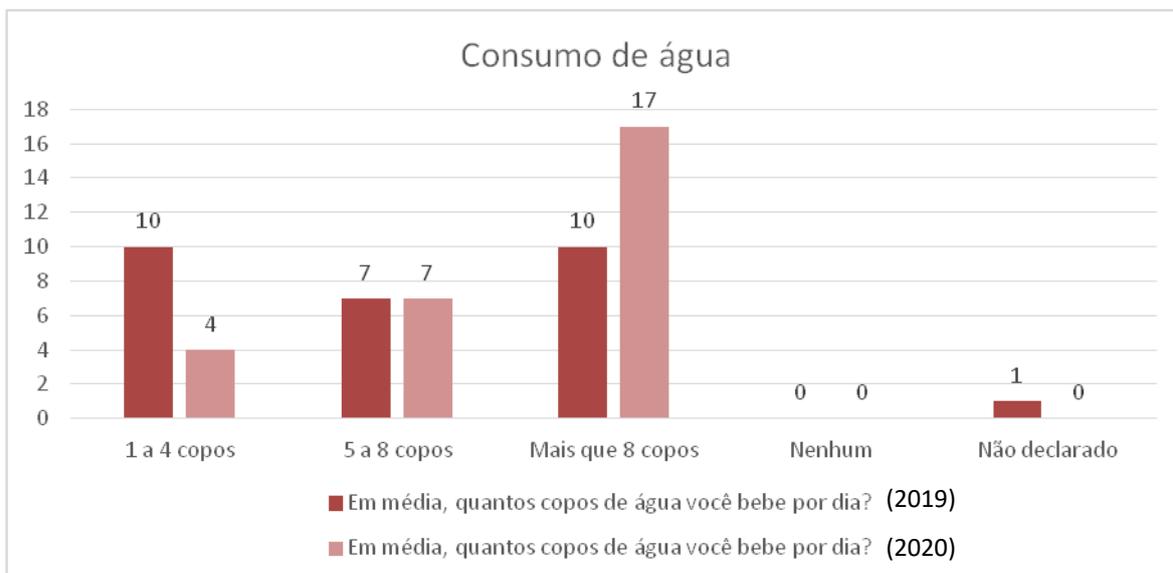
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



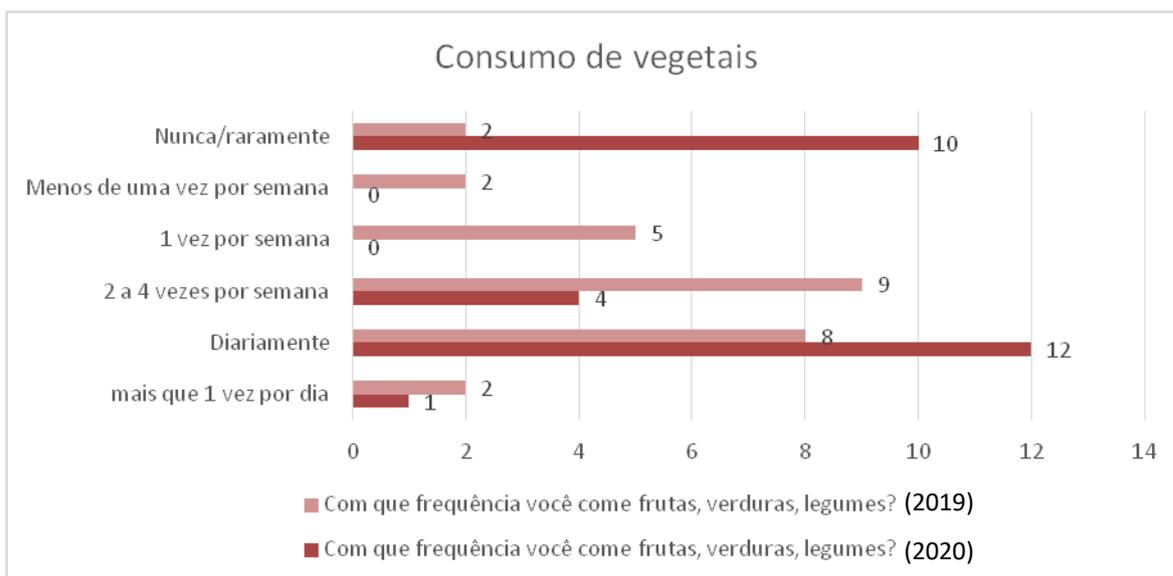
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

11. Acesso a alimentação balanceada/diversificada

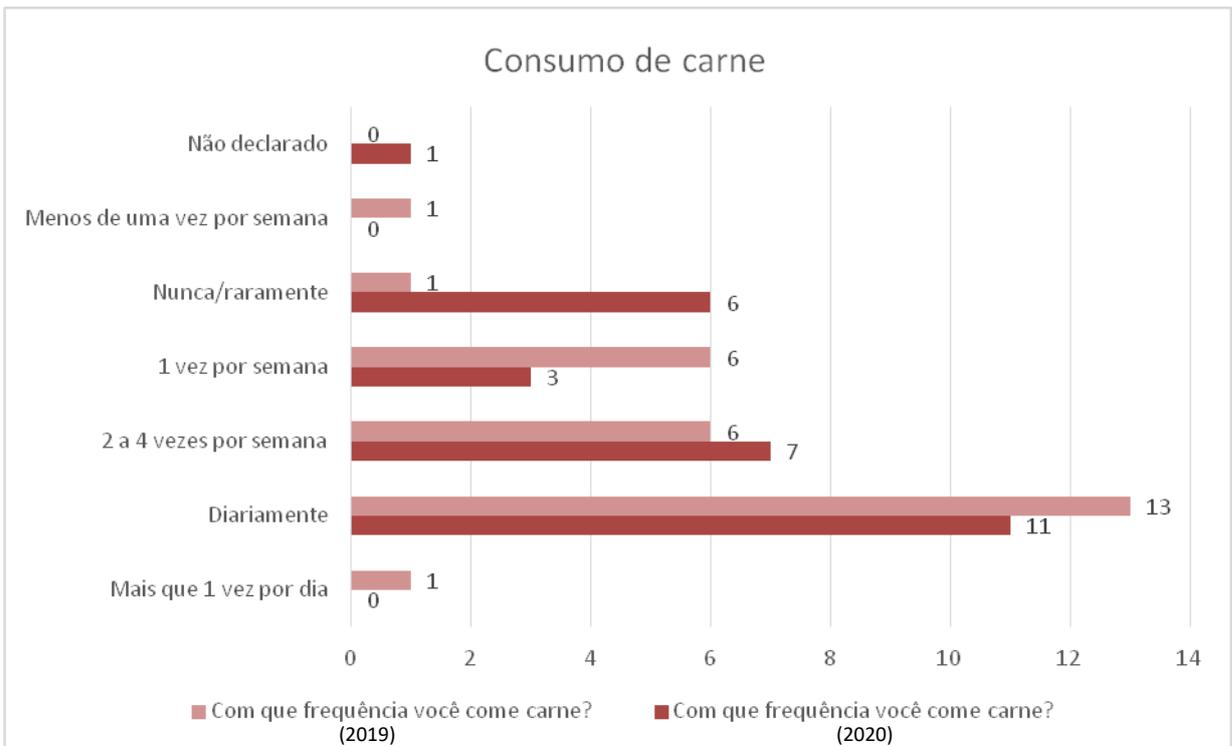
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



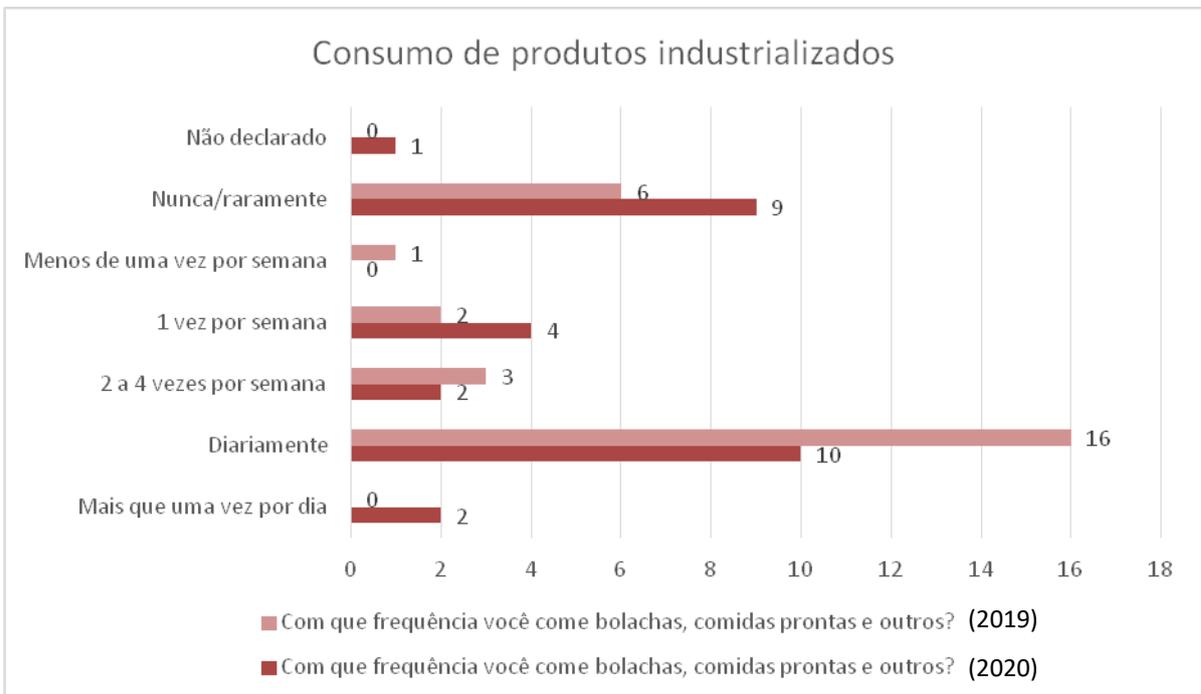
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

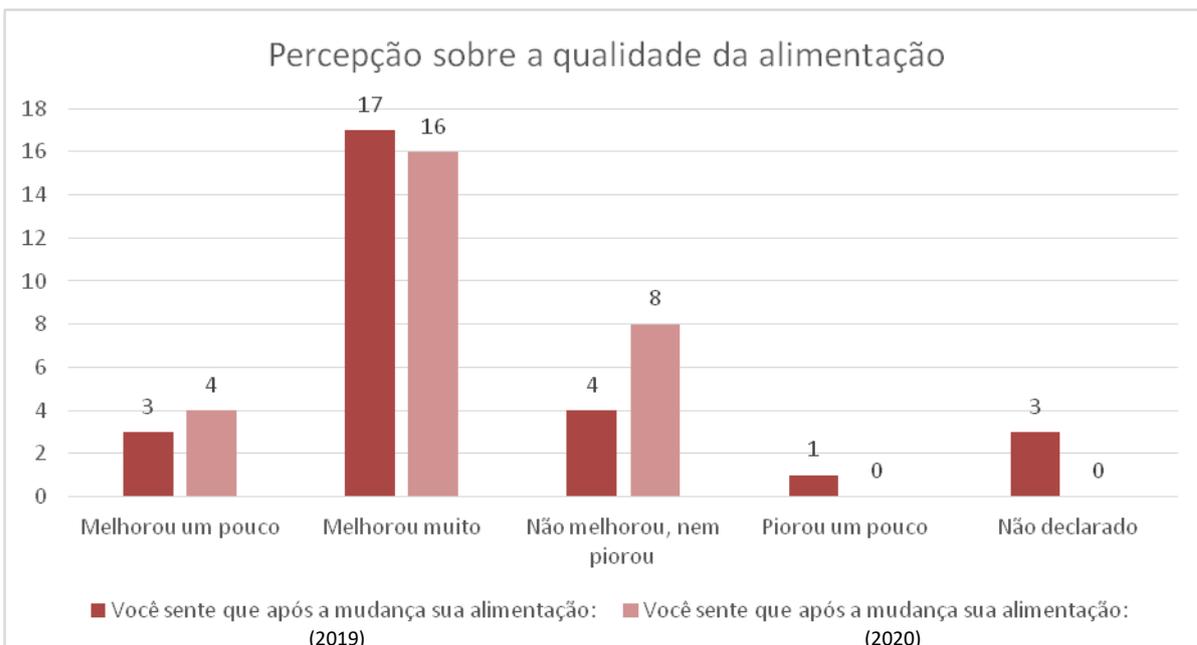


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

12. Percepção sobre a qualidade da alimentação

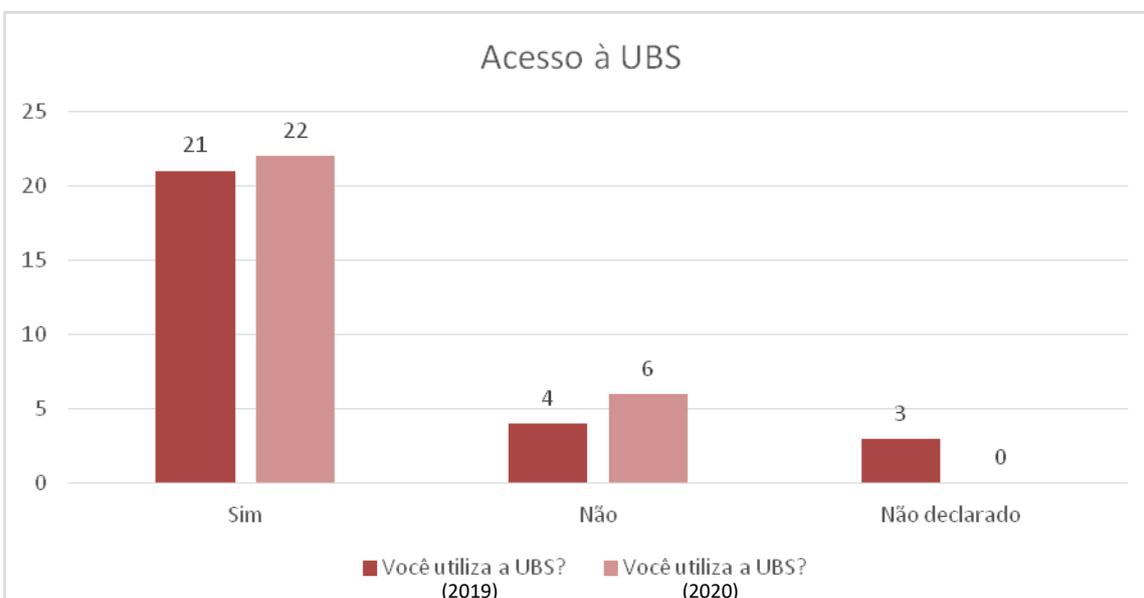


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

b) Conhecimento e acesso à rede de serviços públicos: visa medir o acesso à rede pública de serviços e equipamentos no território do empreendimento.

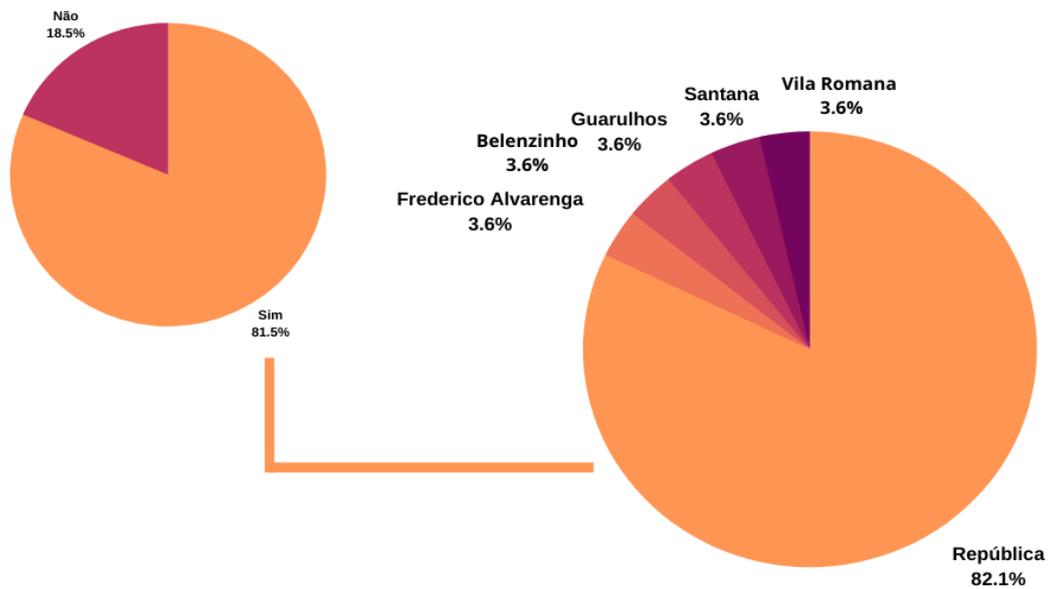
13. Acesso a serviços de Saúde

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

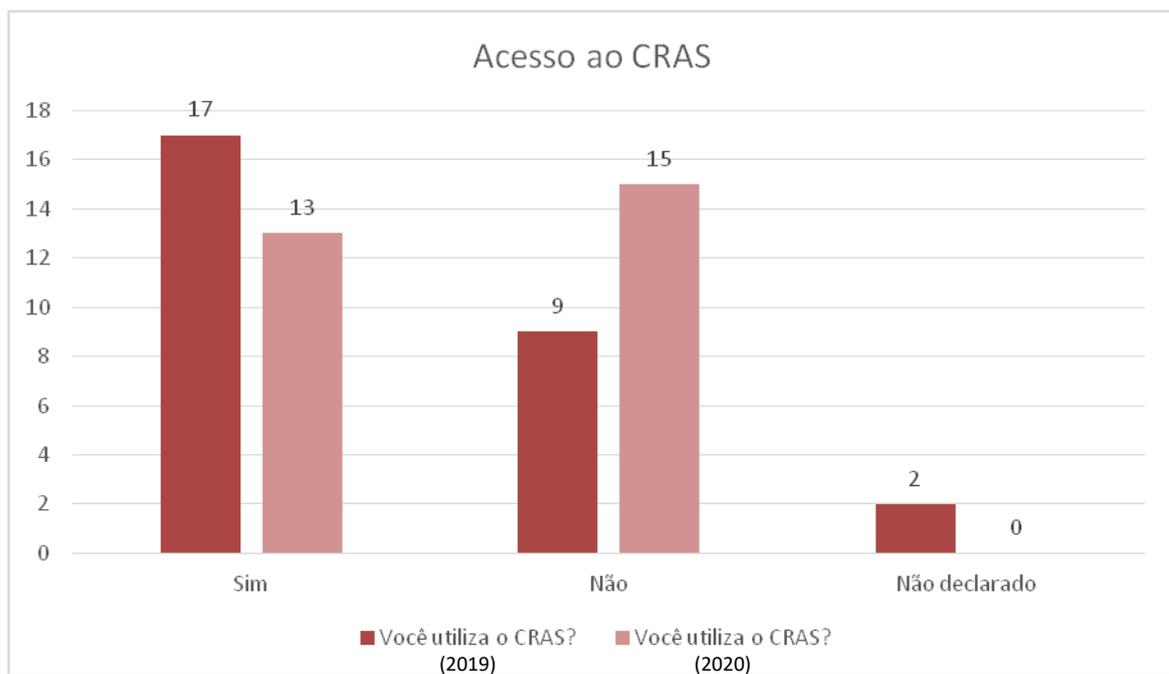
Você utiliza a UBS?



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

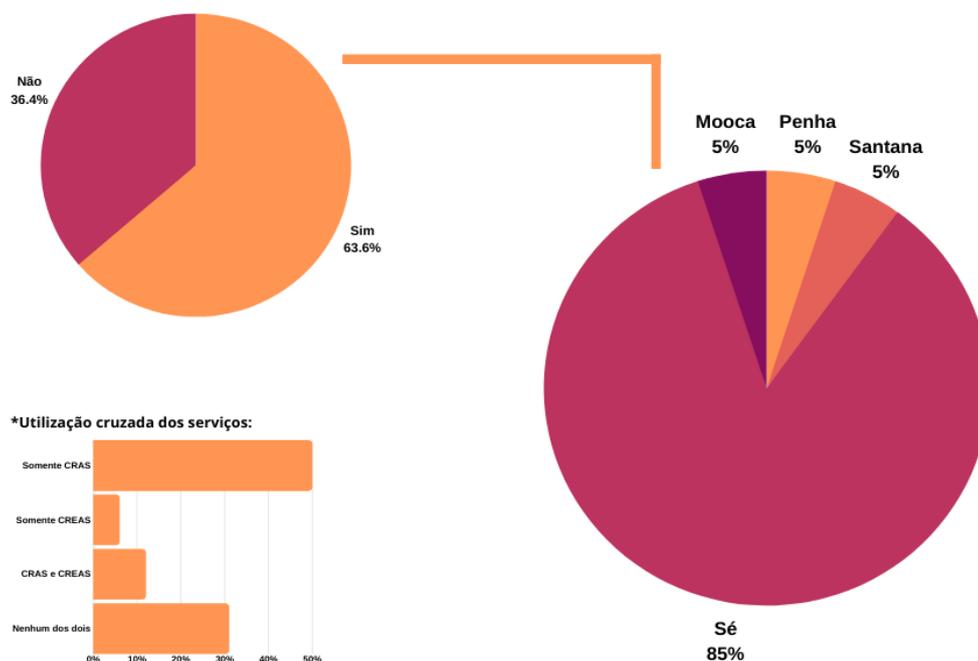
14. Acesso a serviços Assistência Social

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

Você utiliza o CRAS?



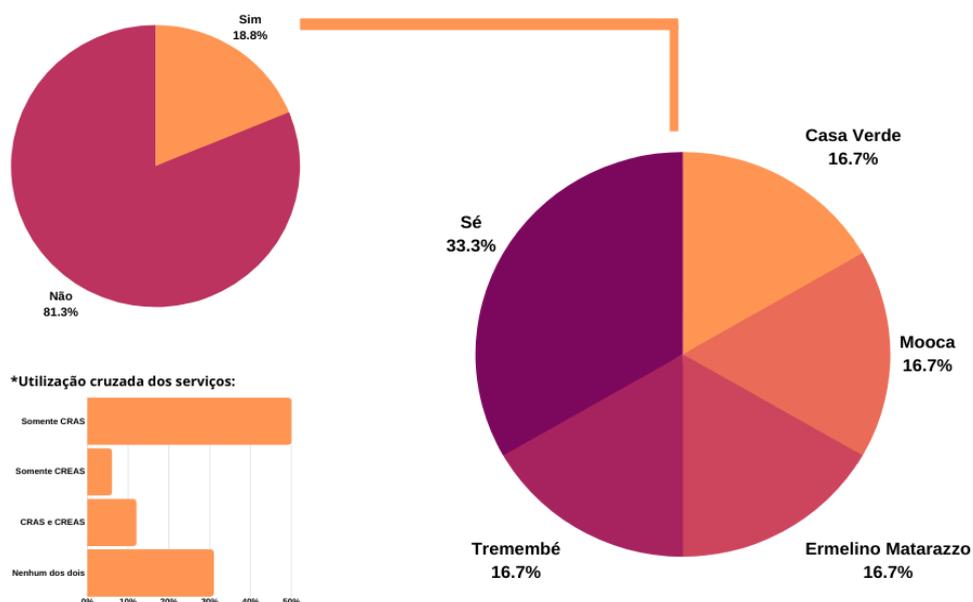
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

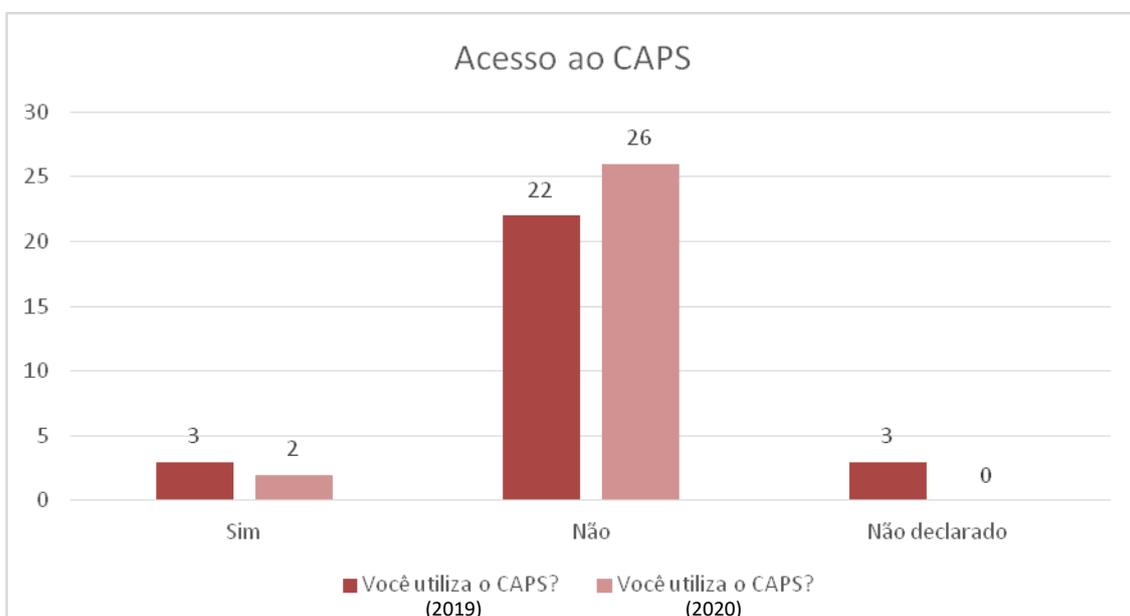
Você utiliza o CREAS?



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

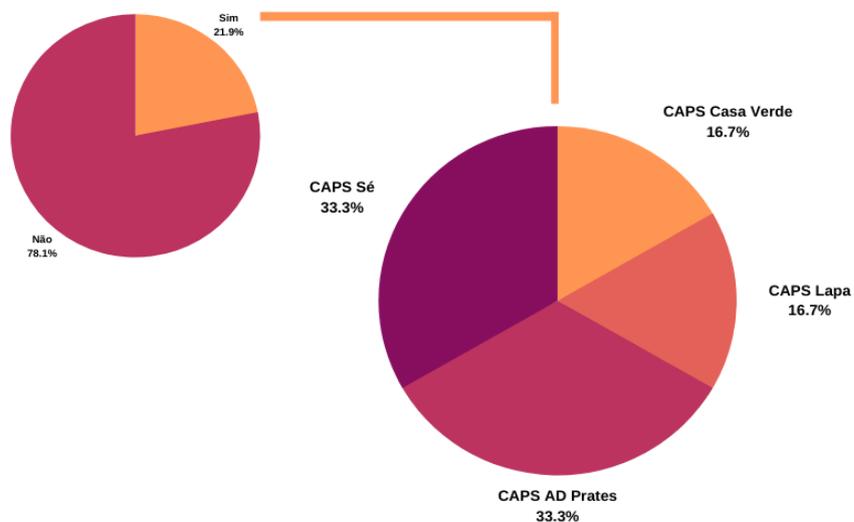
15. Acesso a serviços de Saúde Mental

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

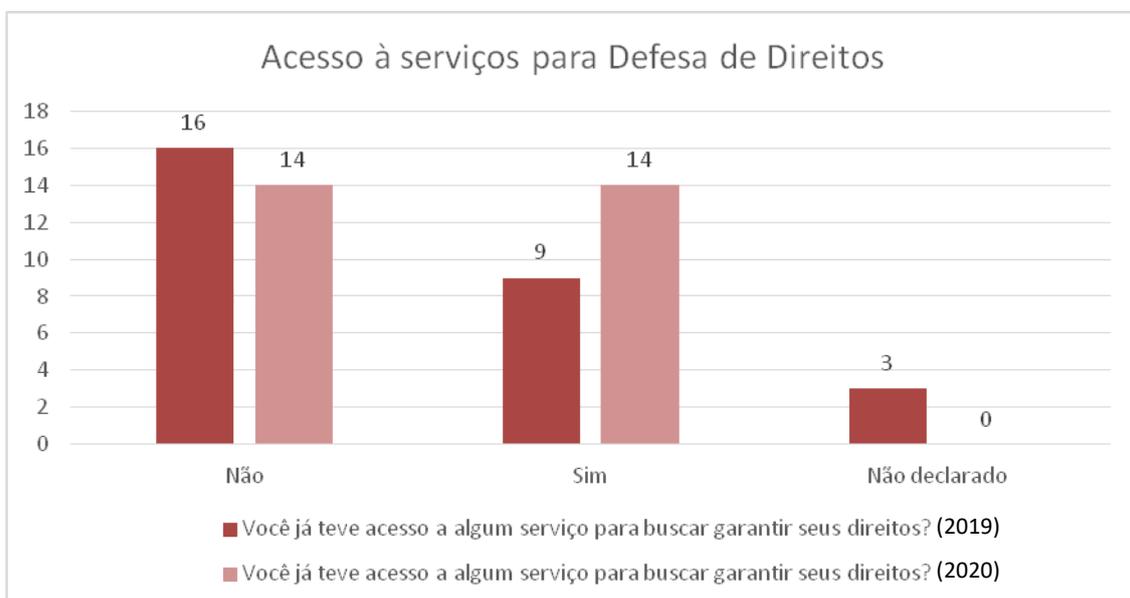
Você utiliza o CAPS?



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

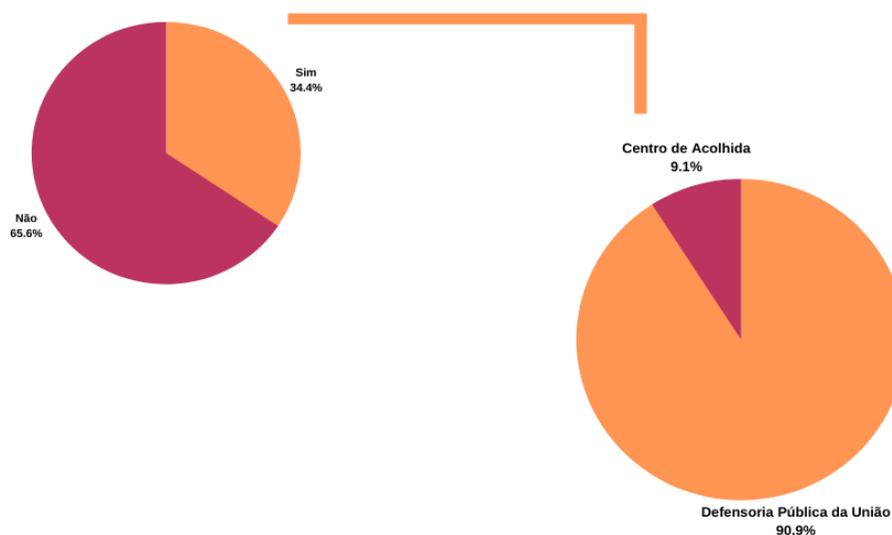
16. Acesso a sistema de garantia de direitos

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

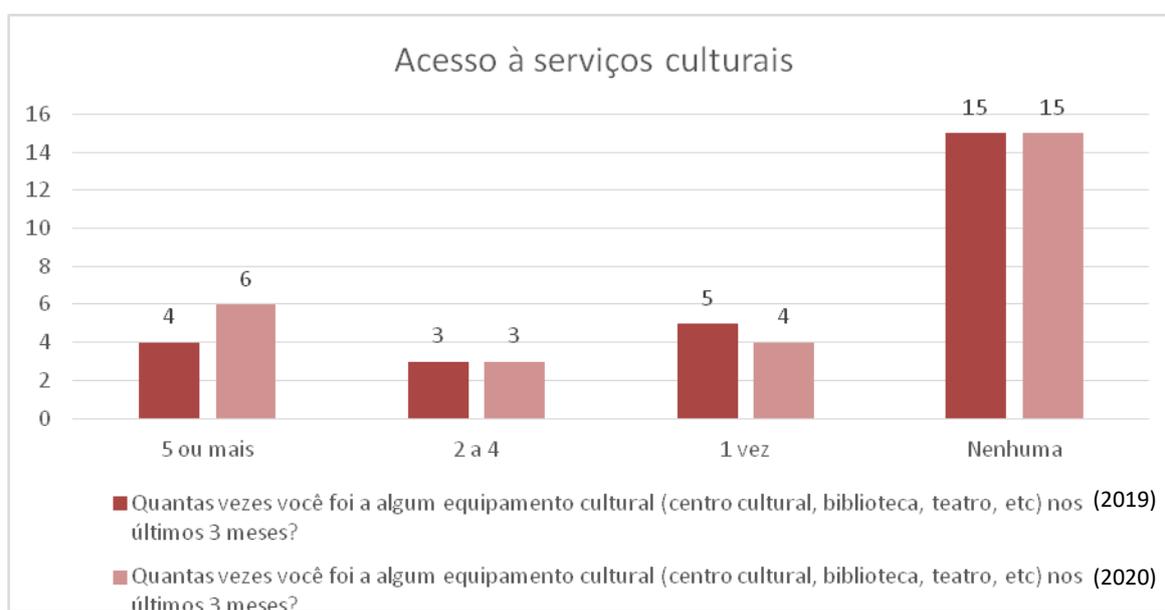
Você já teve acesso a algum serviço para buscar garantir seus direitos?



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

17. Acesso a serviços culturais

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.

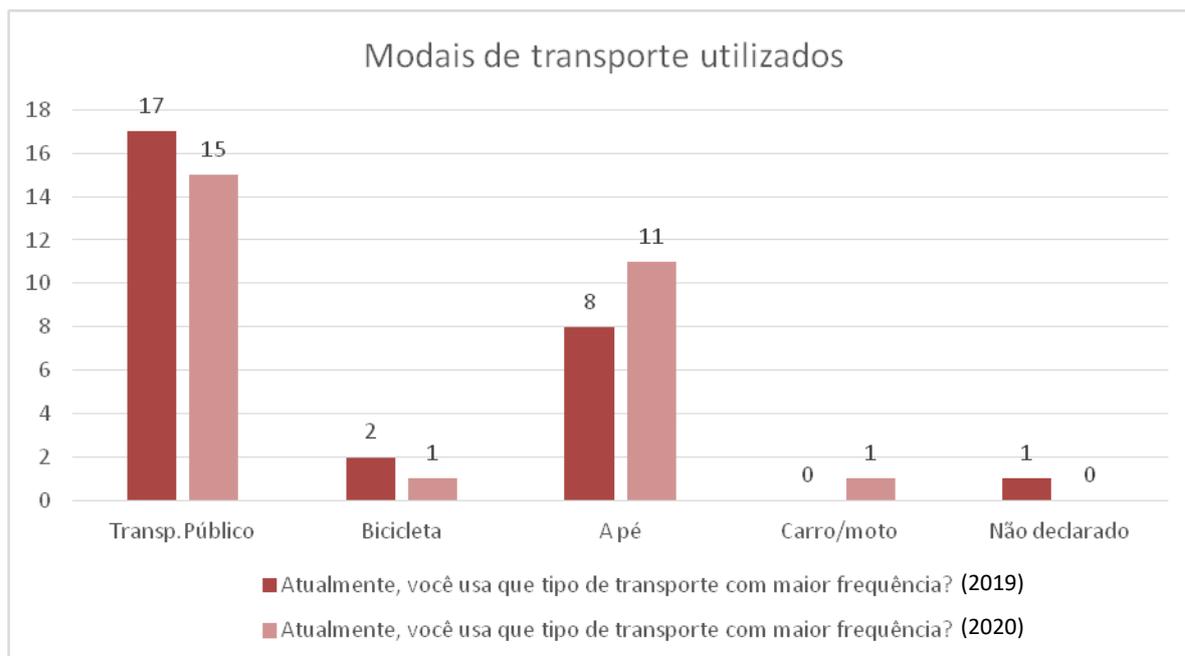


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

c) Capacidade de mobilidade: visa medir a diferença do tempo médio de deslocamento e o modal de transporte, antes e depois da locação social.

18. Variação do modal de transporte

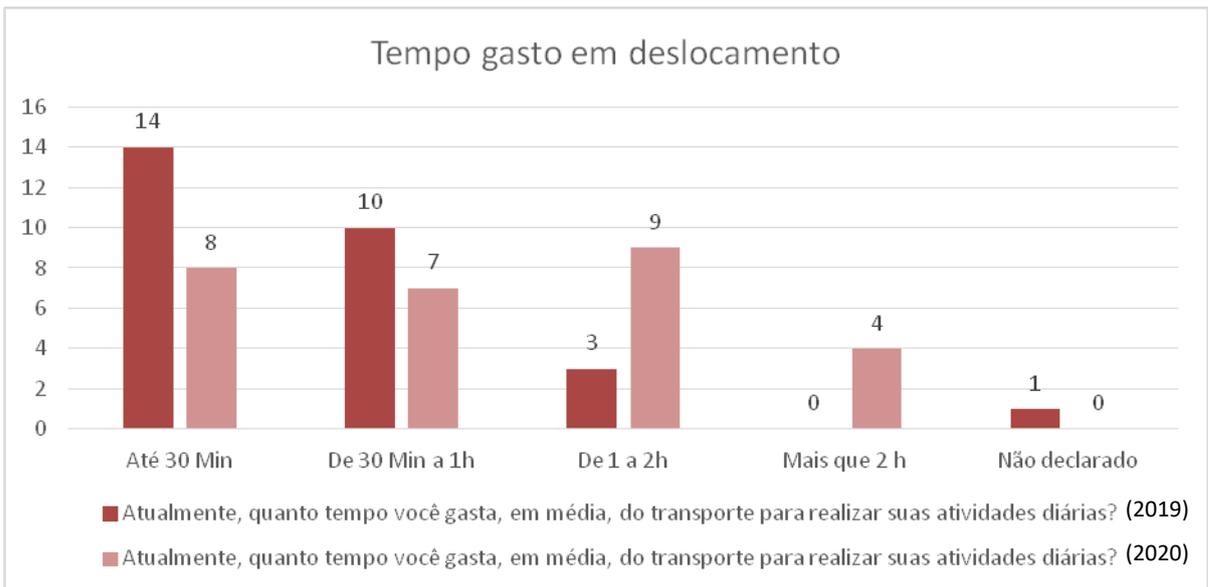
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

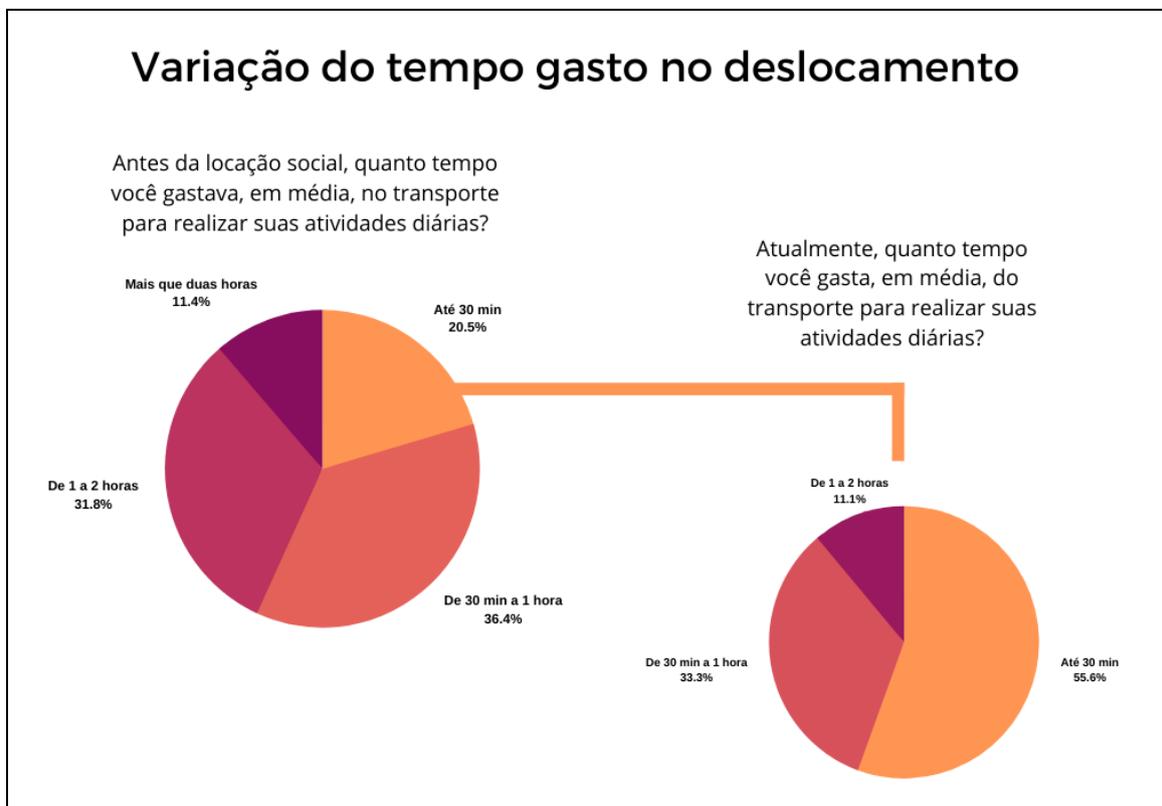
19. Variação do tempo gasto no deslocamento

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



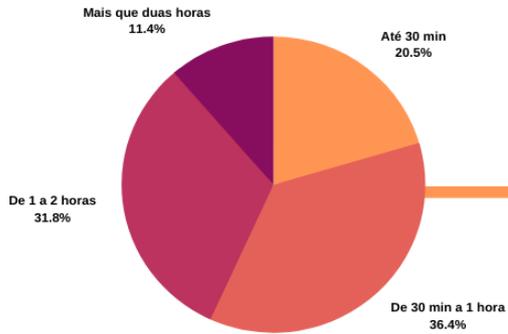
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

A seguir, são apresentados resultados exclusivos do ciclo 1 de monitoramento (maio de 2019), estabelecendo comparação com o período anterior à entrada no empreendimento (dezembro de 2018).



Variação do tempo gasto no deslocamento

Antes da locação social, quanto tempo você gastava, em média, no transporte para realizar suas atividades diárias?

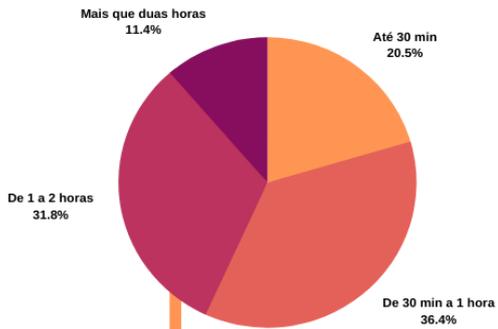


Atualmente, quanto tempo você gasta, em média, do transporte para realizar suas atividades diárias?

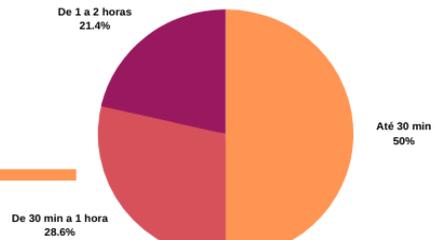


Variação do tempo gasto no deslocamento

Antes da locação social, quanto tempo você gastava, em média, no transporte para realizar suas atividades diárias?

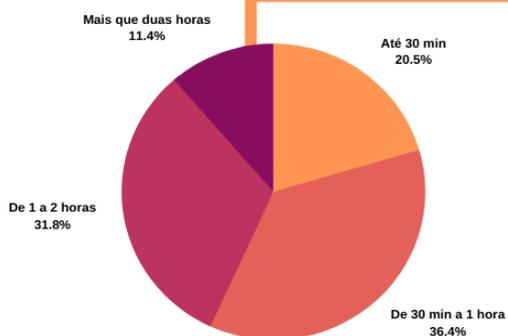


Atualmente, quanto tempo você gasta, em média, do transporte para realizar suas atividades diárias?

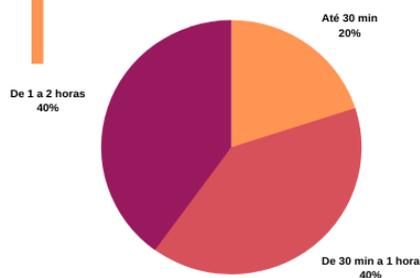


Varição do tempo gasto no deslocamento

Antes da locação social, quanto tempo você gastava, em média, no transporte para realizar suas atividades diárias?



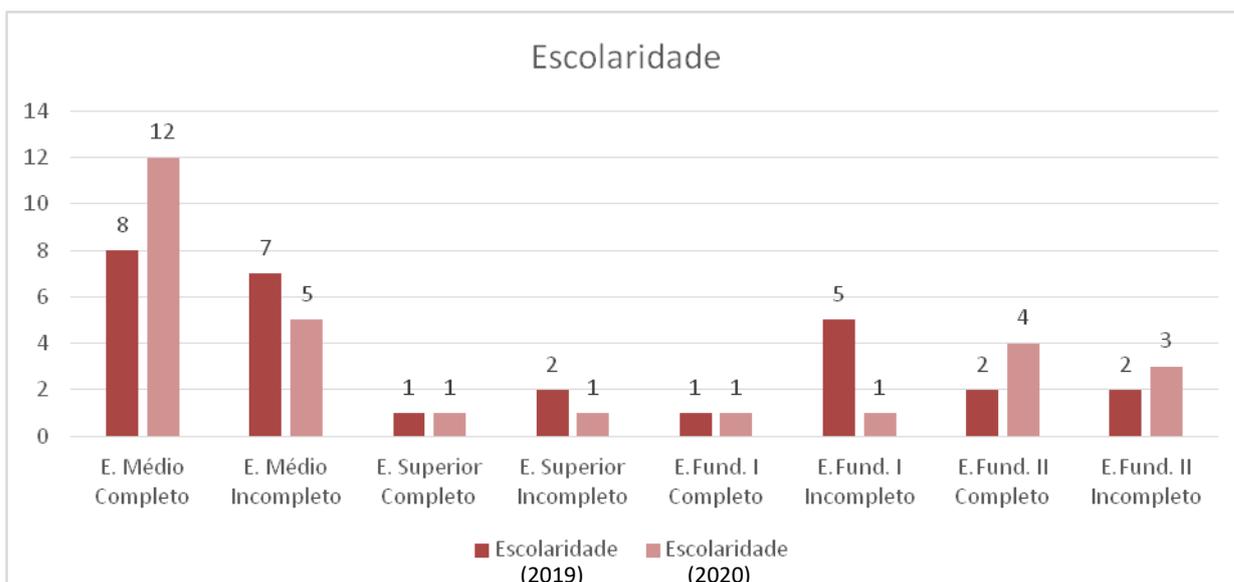
Atualmente, quanto tempo você gasta, em média, do transporte para realizar suas atividades diárias?



d) Elevação de escolaridade: Visa medir se a pessoa aumentou o grau de escolaridade do momento da entrada em relação ao período analisado

20. Escolaridade

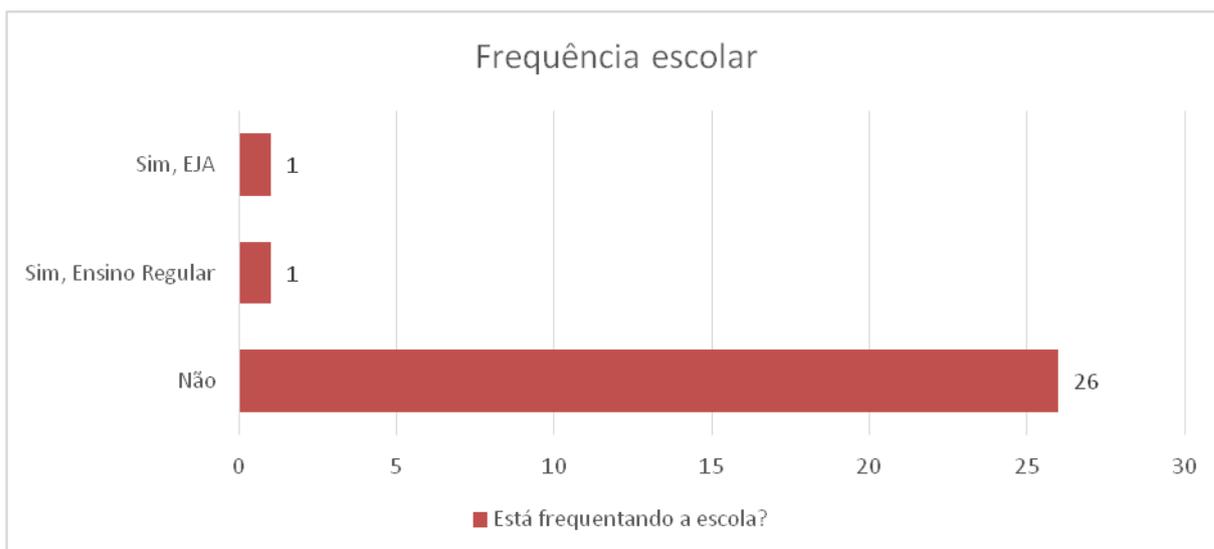
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

21. Frequência Escolar

Observação: coletado apenas no ciclo 2 de monitoramento (fevereiro de 2020).



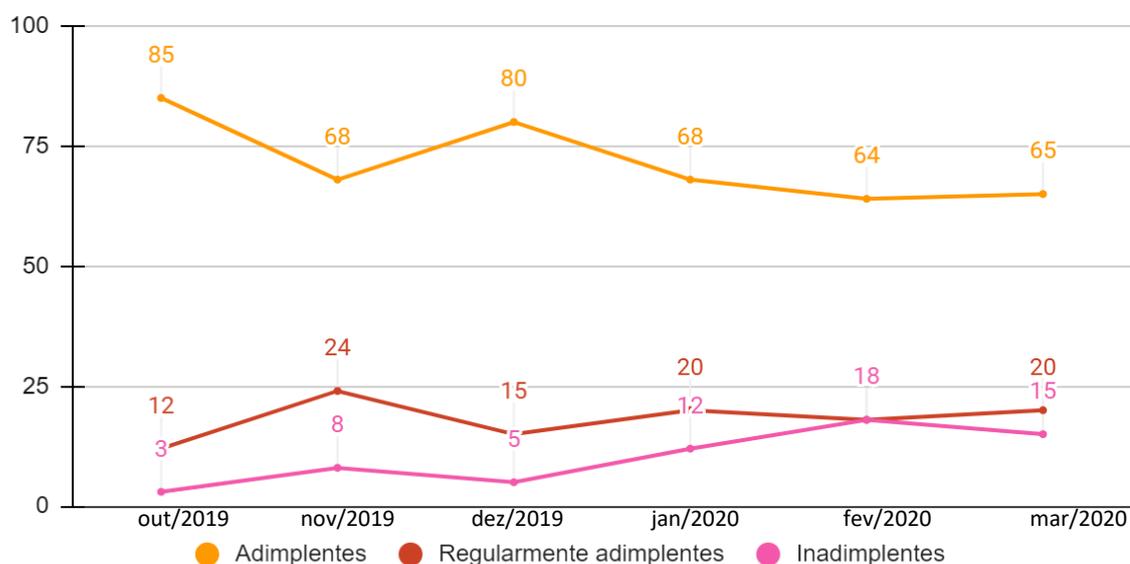
Fonte: SMDHC/SEHAB, 2020.

e) Capacidade de administrar finanças domésticas: visa medir a capacidade de pagamento dos custos da moradia vai medir o quanto da renda está comprometido com gastos com a moradia

22. Índice de adimplência de aluguel

Adimplência % (out. 2019 a mar. 2020)

*Levando em consideração contas de aluguel

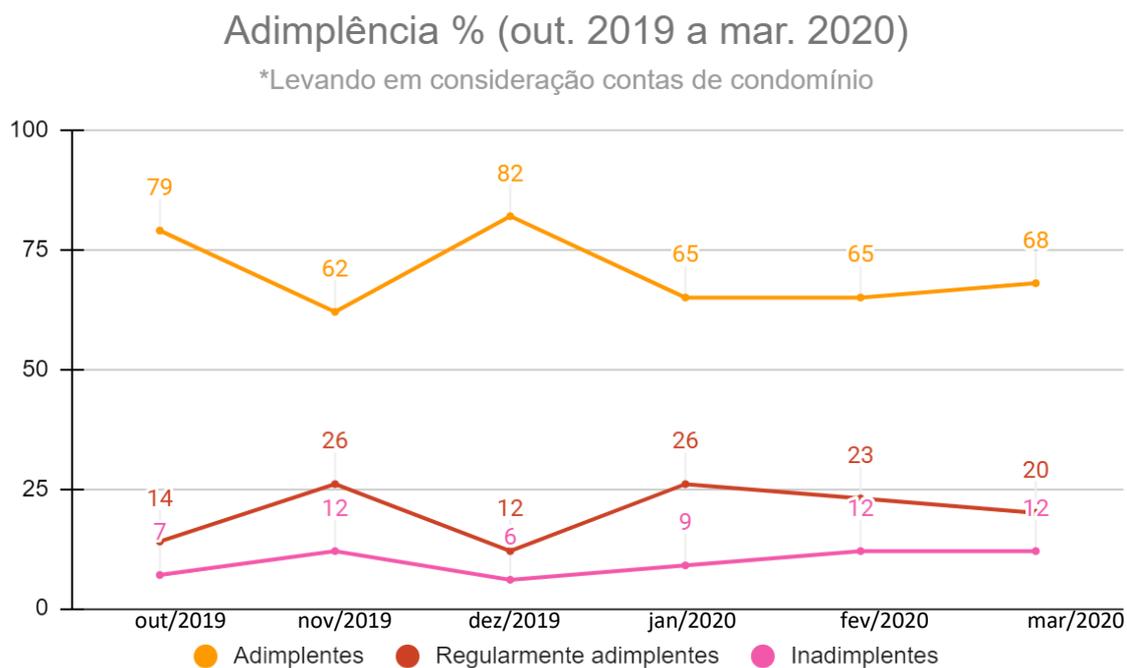


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020

*Foram considerados como adimplentes os beneficiários que possuíam nenhuma ou uma conta em aberto; como regularmente adimplentes os que possuíam 2 ou 3 contas em aberto e como

inadimplentes os que possuíam mais que 4 parcelas em aberto.

23. Índice de adimplência de condomínio



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

*Foram considerados como adimplentes os beneficiários que possuíam nenhuma ou uma conta em aberto; como regularmente adimplentes os que possuíam 2 ou 3 contas em aberto e como inadimplentes os que possuíam mais que 4 parcelas em aberto.

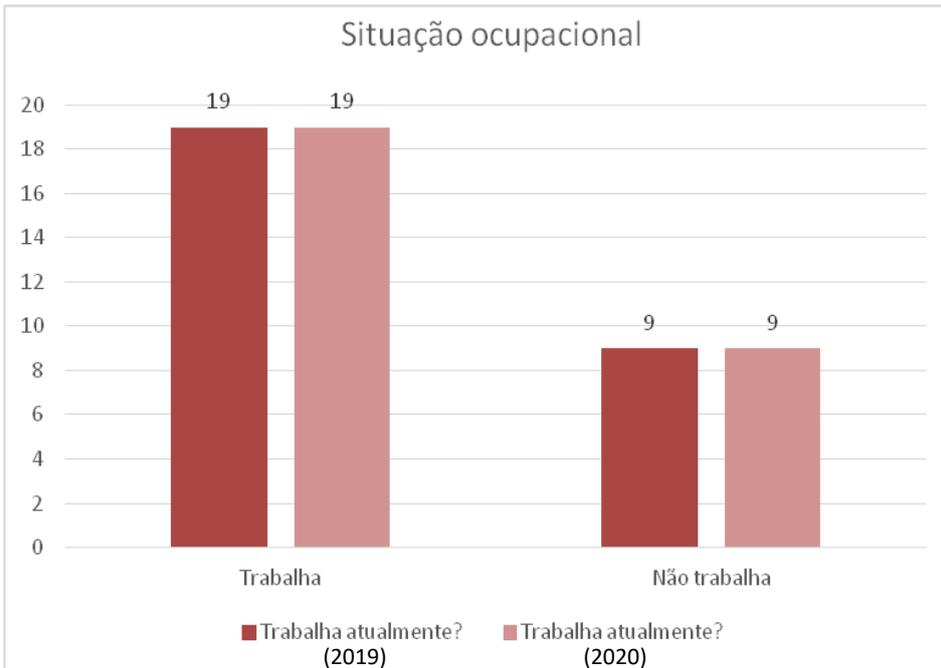
24. Índice de adimplência de gastos com as concessionárias

Não foi possível obter esse dado.

f) Inserção produtiva: vai medir a situação produtiva das pessoas

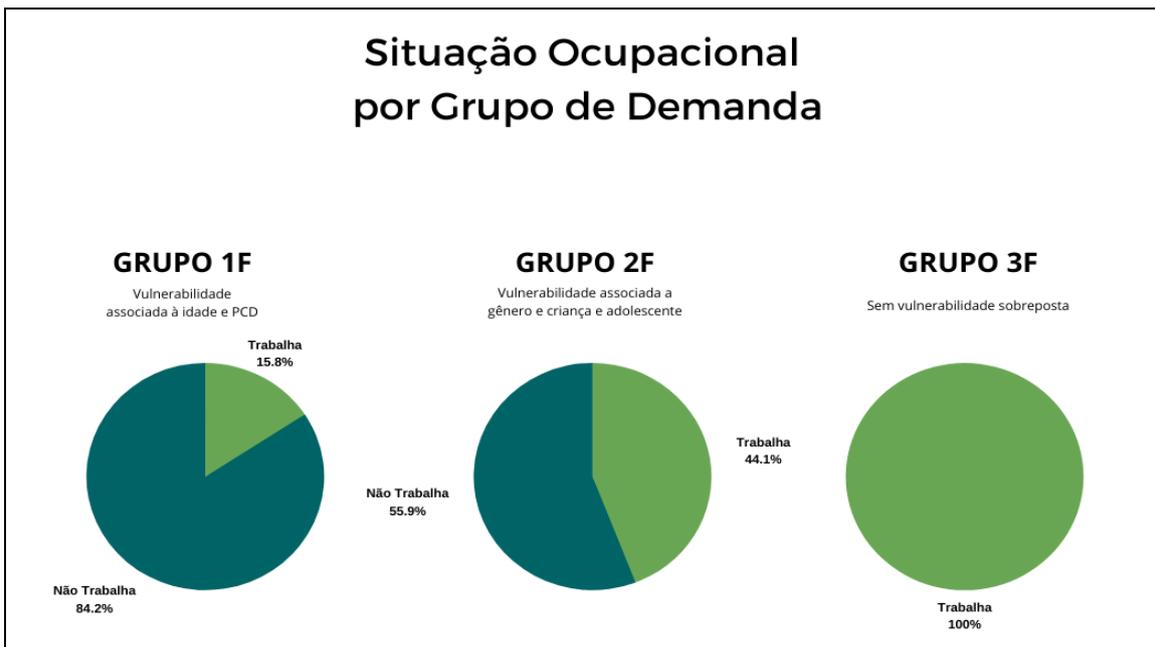
25. Situação ocupacional

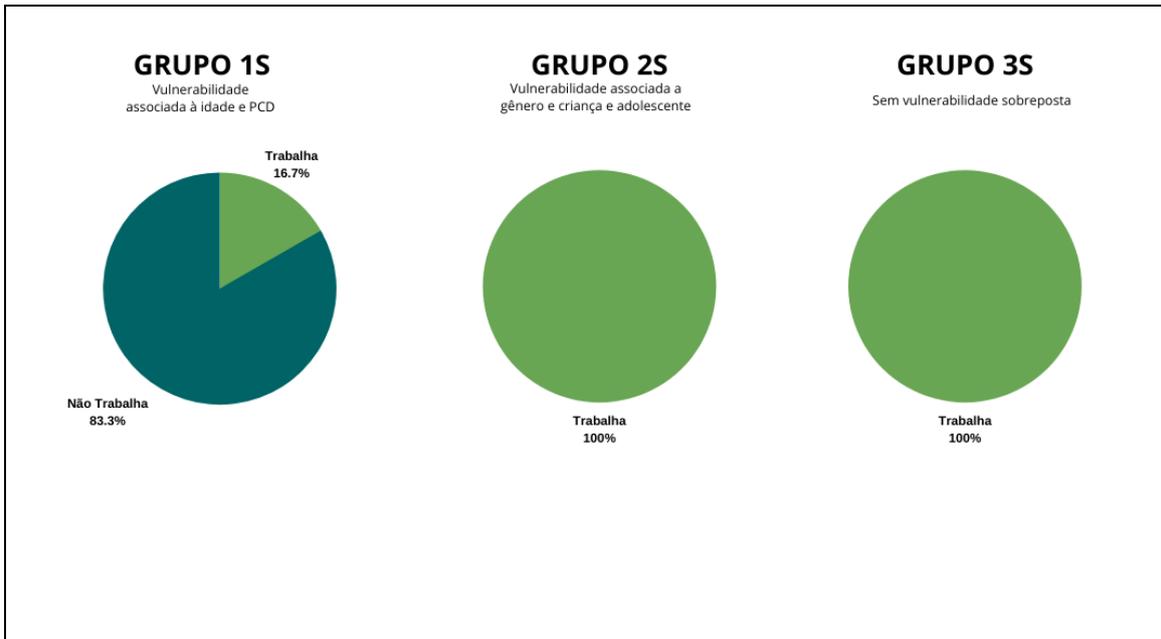
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

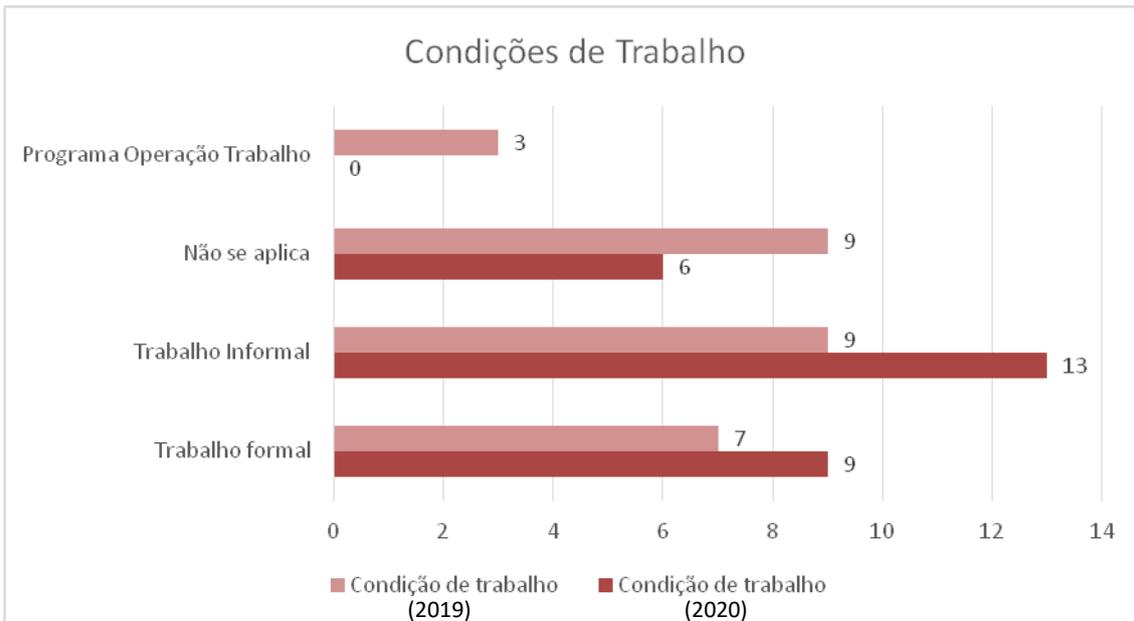
No primeiro ciclo de monitoramento (maio de 2019), também foi feita análise considerando a distribuição desse perfil entre os grupos de demanda.





26. Condição de trabalho

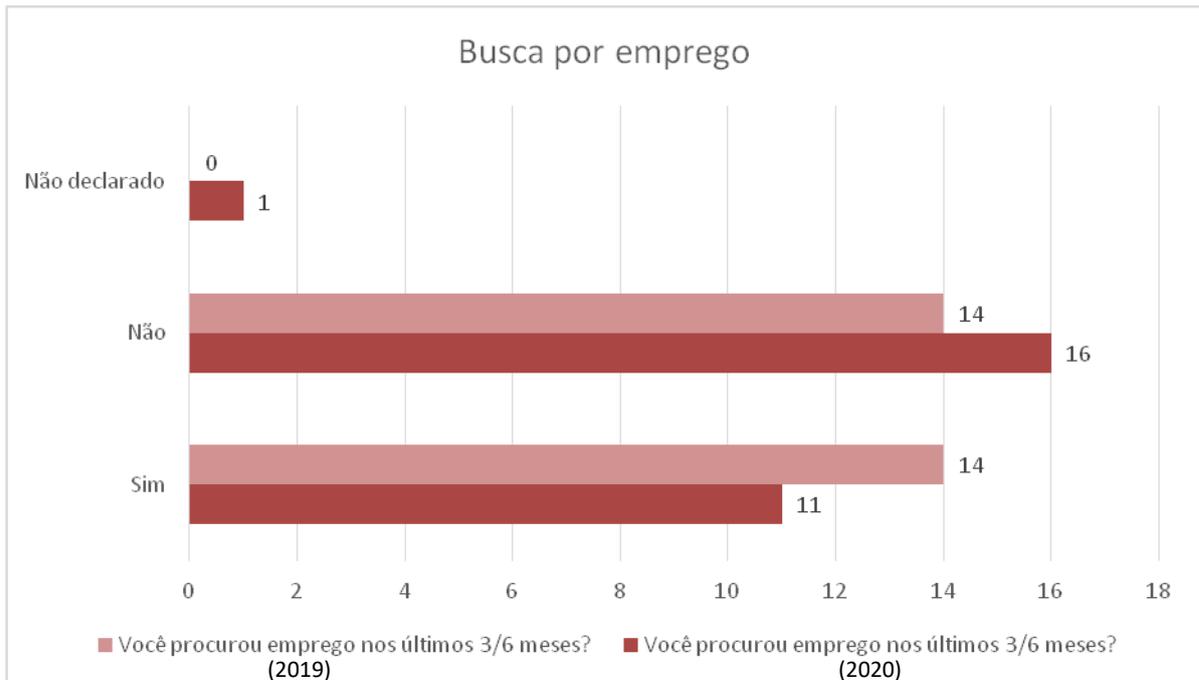
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020. Cabe informar que considerou-se como opções de resposta o tipo de trabalho realizado, agrupando-se como “Não se aplica” desempregados e pessoas que recebem auxílios como BPC, pensionistas e aposentados. Ademais na segunda aplicação foi incluído como alternativa da resposta o Programa Operação Trabalho (POT).



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

27. Busca por emprego

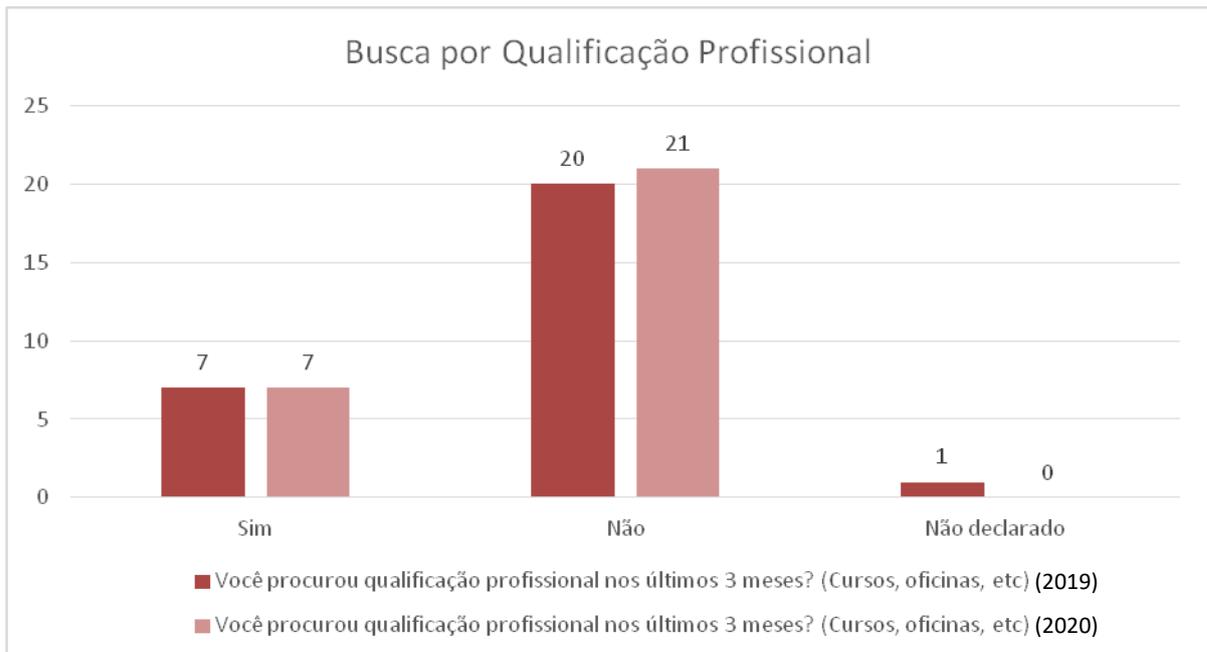
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

28. Busca por qualificação profissional

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.

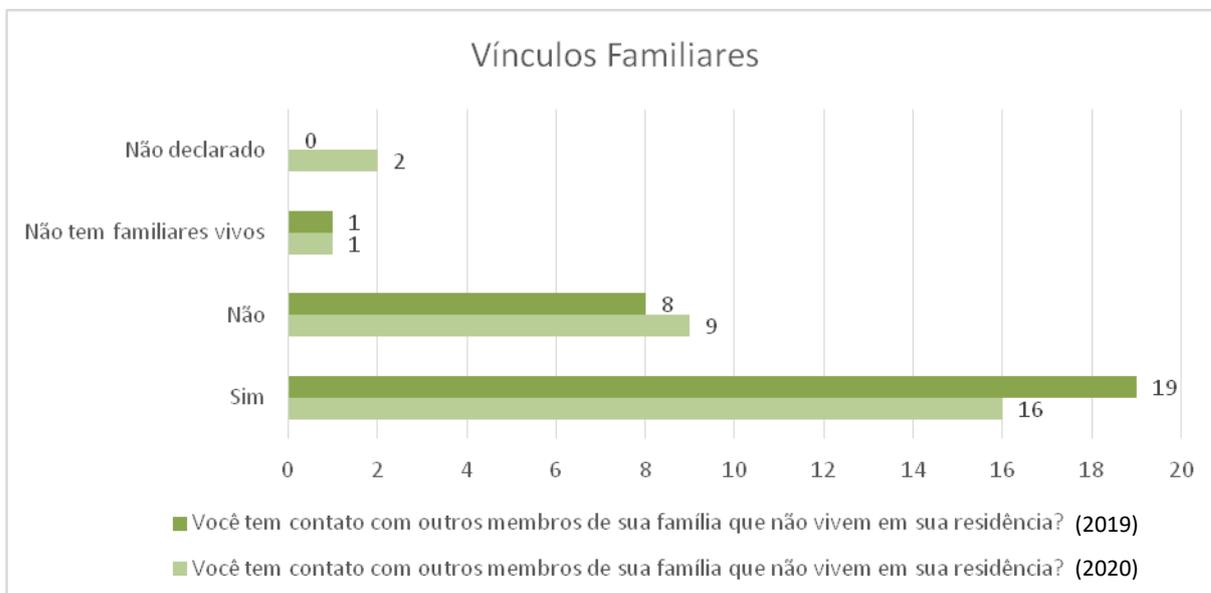


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

g) Vínculos (familiares, amigos, vizinhos): visa medir se a pessoa tem vínculos ativos com família e amigos

29. Manutenção de vínculos familiares

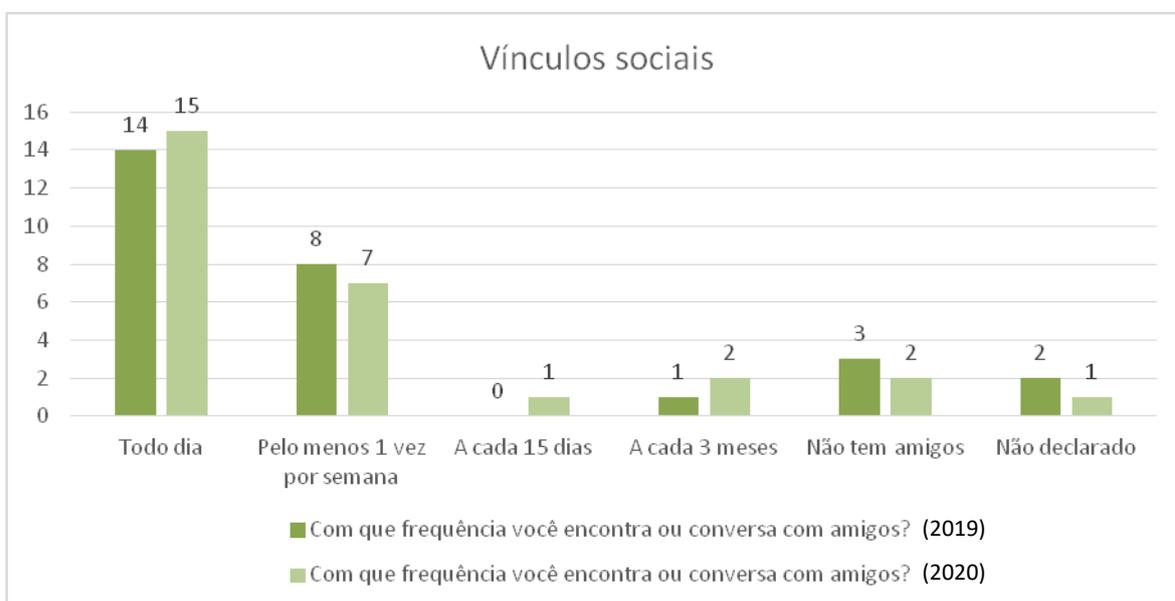
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

30. Manutenção de vínculos pessoais

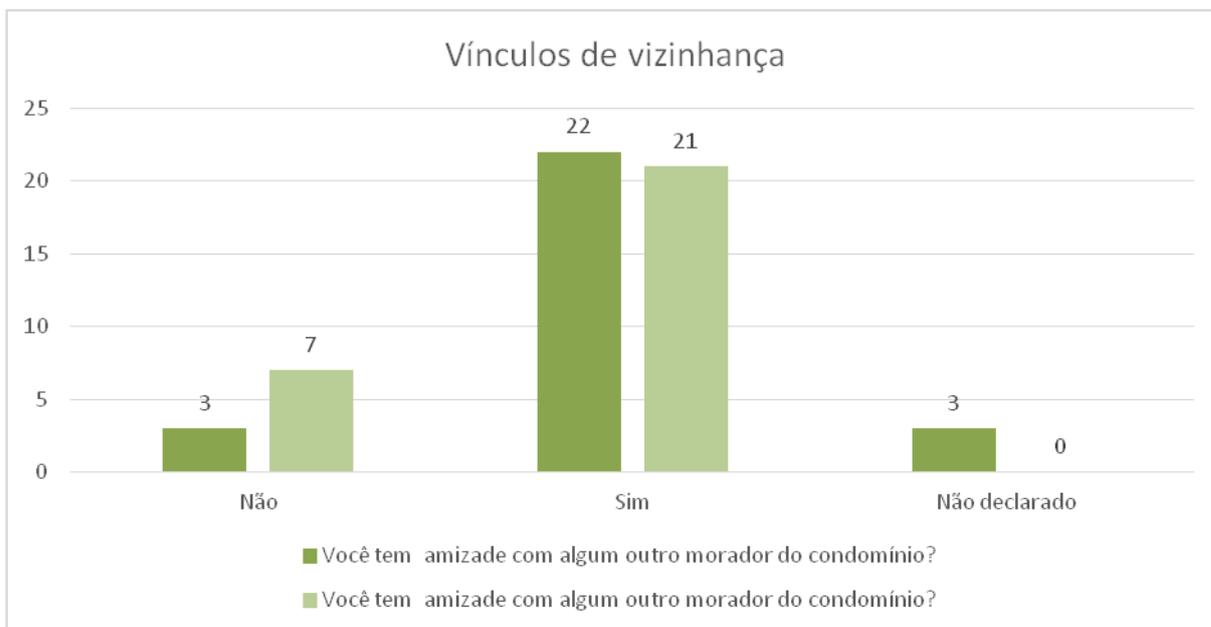
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

31. Manutenção de vínculos de vizinhança

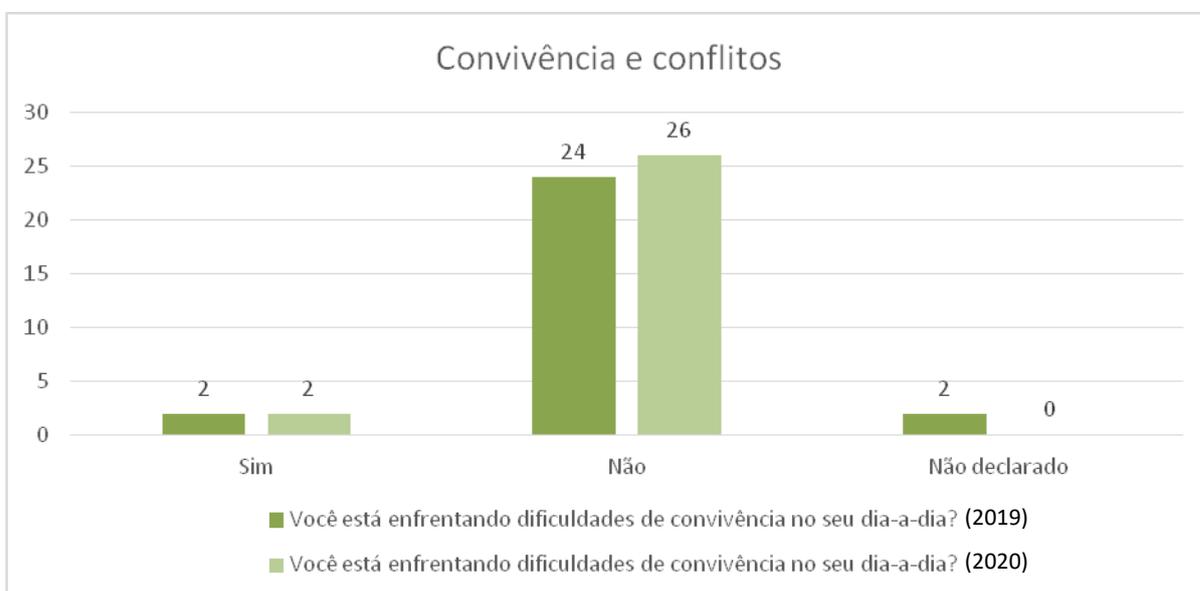
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

32. Dificuldade de convivência

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.

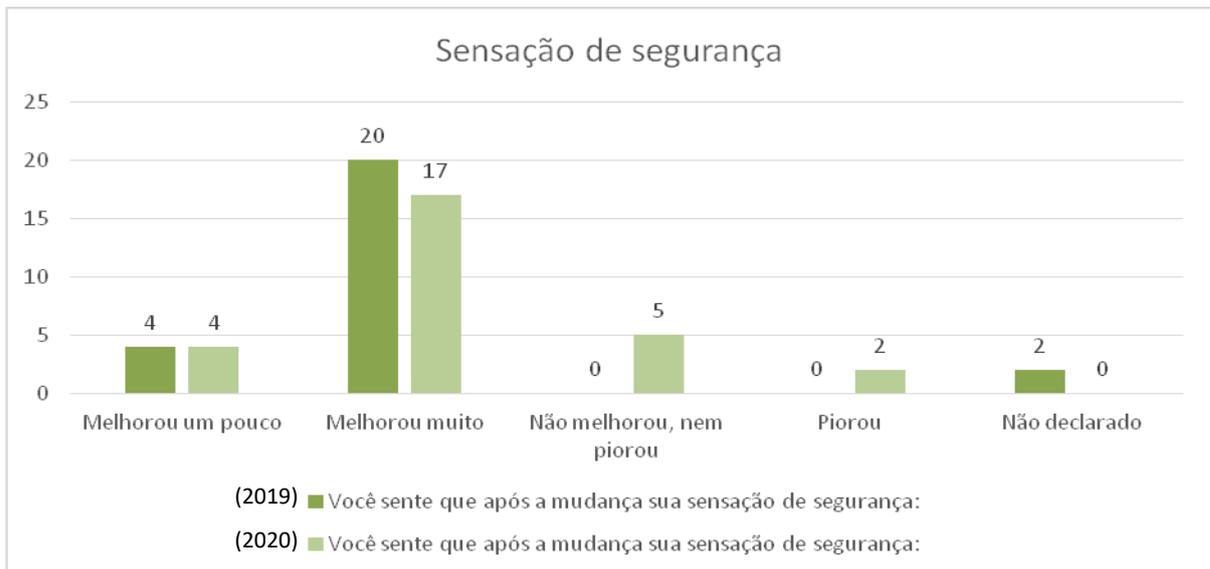


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

h) Percepção da segurança: visa medir se a pessoa vive alguma situação de violência

33. Sensação de segurança

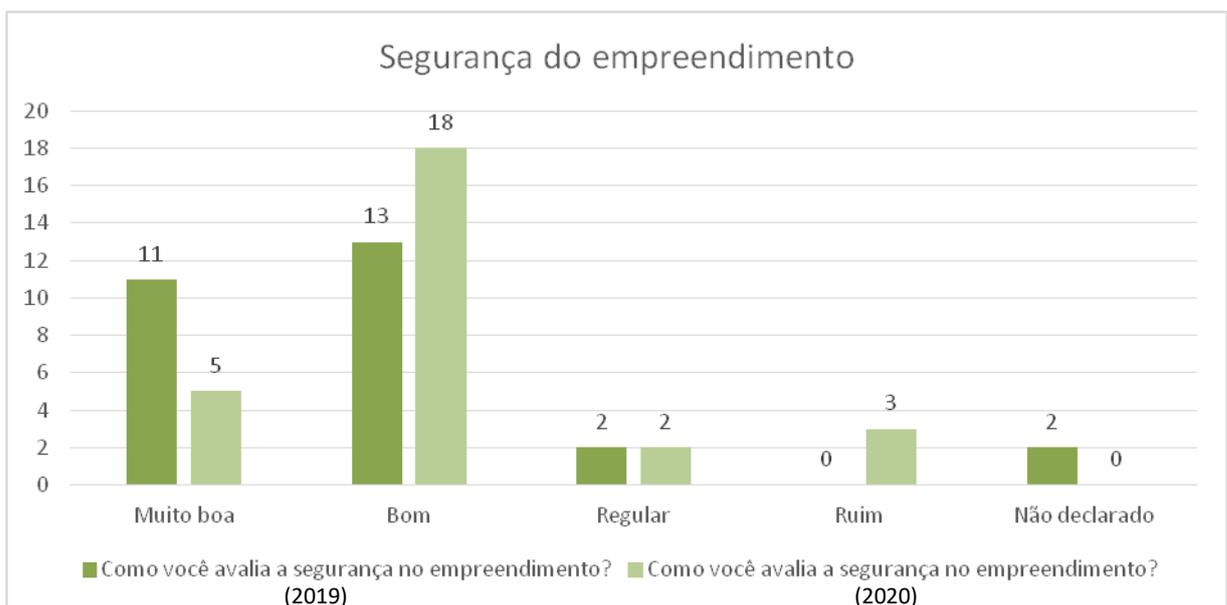
O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

34. Percepção sobre a segurança do empreendimento

O momento 1 corresponde à coleta feita em maio de 2019 e o momento 2, resposta em fevereiro de 2020.

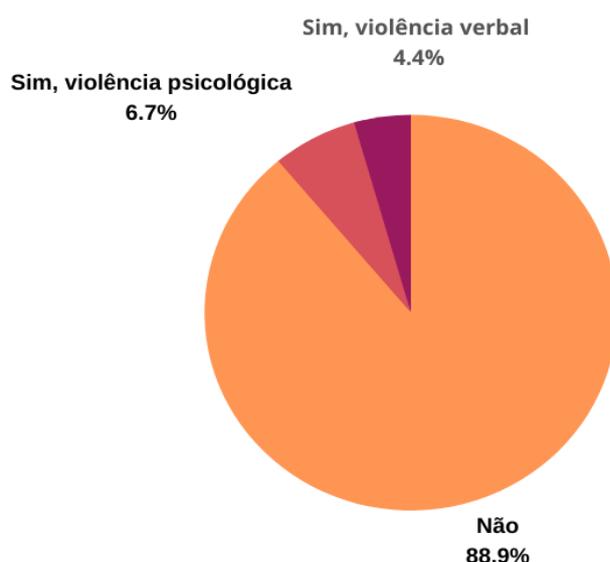


Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

35. Trajetória de violência

Aplicada somente na primeira coleta, considerando a perspectiva de que os entrevistados não se sentiriam a vontade para responder à pergunta no contexto da aplicação dos questionários de monitoramento. Entendeu-se também que abordar o tema exige maior cuidado e, por isso, é mais pertinente no âmbito do trabalho social diário, cujos resultados não são aferidos neste relatório.

Sofreu algum tipo de violência nos últimos 3 meses?



Fonte: SMDHC/SEHAB, 2019-2020.

Permanência na habitação

Internacionalmente, o principal critério para medir o sucesso de um programa habitacional para população em situação de rua é saber se as pessoas conseguiram sair efetivamente da rua. Isso quer dizer, com 6 meses do programa, com 12 meses, com 18 e com 24 meses, quantas daquelas pessoas que entraram no programa permaneceram e não retornaram à situação de rua?

No caso do projeto piloto em questão, nos primeiros seis meses, uma das 72 pessoas que inicialmente entraram no programa (pertencente ao grupo 3S – solteiro sem vulnerabilidade sobreposta, no caso, homem) o deixou, resultando numa permanência de 98,59%.

No segundo semestre da data de inauguração do projeto piloto, uma pessoa da lista de espera substituiu o morador que saiu do empreendimento. Nesse segundo semestre também ocorreram novas saídas (do grupo 2F – família com vulnerabilidade associada à questão de gênero e criança e

adolescentes e 3S – solteiro sem vulnerabilidade sobreposta) que levaram a uma retenção de 88,88% no projeto piloto em 12 meses. O quadro a seguir ilustra a situação por grupo de demanda.

Indicadores de Retenção	#entrada- fev2019						
	Total	1S	2S	3S	1F	2F	3F
Número de pessoas incluídas no programa	71	6	2	9	19	33	2
Número de pessoas que continua morando após 6 meses	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0
Número de pessoas que continua morando após 12 meses	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0
Número de pessoas que retornam à situação de rua	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0
Número de pessoas que saem do programa para uma condição positiva de habitação	0	0	0	0	0	0	0

Indicadores de Retenção	# 6meses - ago-set/2019						
	Total	1S	2S	3S	1F	2F	3F
Número de pessoas incluídas no programa	71	6	2	9	19	33	2
Número de pessoas que continua morando após 6 meses	70	6	2	8	19	33	2
%	98,59	100	100	88,88	100	100	100
Número de pessoas que continua morando após 12 meses	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0
Número de pessoas que retornam à situação de rua	1	0	0	1	0	0	0
%	1,4	0	0	11,11	0	0	0
Número de pessoas que saem do programa para uma condição positiva de habitação	0	0	0	0	0	0	0

Indicadores de Retenção	#12meses - fev-mar-2020						
	Total	1S	2S	3S	1F	2F	3F
Número de pessoas incluídas no programa	72	6	2	10	19	33	2
Número de pessoas que continua morando após 6 meses	70	6	2	8	19	33	2
%	97,22	100	100	80	100	100	100
Número de pessoas que continua morando após 12 meses	64	5	2	8	19	28	2
%	88,88	83,33	100	80	100	84,84	100
Número de pessoas que retornam à situação de rua	8	1	0	2	0	5	0
%	11,11	16,66	0	20	0	15,15	0
Número de pessoas que saem do programa para uma condição positiva de habitação	0	0	0	0	0	0	0

A retenção não é homogênea quando se observa os recortes de grupos. Os grupos 2S, 1F e 3F apresentam 100% de retenção. Já o grupo 3S teve a menor retenção no período, 80%, sendo seguido pelo 1S com 83,33% e 2F com 84,84%.

Olhando para o recorte entre famílias unipessoais e famílias multipessoais, com 6 meses do projeto ainda moravam no prédio 100% das famílias pluripessoais e 94,11% das famílias unipessoais. Com 12 meses de projeto, 90% das famílias pluripessoais permaneceram no empreendimento enquanto, no mesmo período, 83,33% das famílias unipessoais permaneceram.

Análise a partir de parceria com pesquisadores

O Núcleo de Monitoramento e Avaliação, coordenado por SMDHC, consolidou parceria com pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisadores sobre População em Situação de Rua, como relatado no início desse documento.

Até o momento de publicação deste relatório, em julho de 2020, o grupo de pesquisadores juntamente com o Núcleo de Monitoramento e Avaliação não produziu nenhum produto conclusivo para ser incluído neste documento. Todavia, vale destacar que estão sendo pensados três aspectos de avaliação junto às pesquisadoras: moradores que não permaneceram no empreendimento; avaliação do trabalho do corpo técnico do Trabalho Social e Gestão frente às dificuldades encontradas; e condição de vida dos moradores.

Destaca-se como eixo norteador do trabalho do grupo a pergunta: o que dificulta a permanência das pessoas no programa? Partindo desta questão, outras perguntas secundárias foram estabelecidas: Quais foram as dificuldades encontradas? Quais foram as intervenções do corpo técnico frente às dificuldades? Como a regulamentação do Programa foi colocada em prática?

Até o momento foi possível aprofundar a discussão no tema dos egressos do programa. O grupo levantou alguns temas que aparecem como “motivos” frequentes por que as pessoas e as famílias deixaram o projeto piloto:

- a. Uso abusivo de álcool e outras drogas
- b. Violência doméstica
- c. Relacionamento com vizinhos
- d. Dificuldade de pagamento dos custos com a moradia
- e. Liberdade em excesso

Foi levantado em reuniões que essas dificuldades aparecem em outros processos de reassentamentos em programas habitacionais, cujo público não é população em situação de rua. Isso demonstra que essas dificuldades e barreiras não são específicas do público população em situação de rua, mas têm muito a ver com os modelos de morar coletivo, e as dificuldades estruturais com os gastos da moradia e formas de organização coletivas. Foi levantado outro aspecto importante sobre as outras camadas que dificultam a adaptação das pessoas nas moradias, como a inserção urbana do prédio, se é um bairro cercado por serviços ou não, até mesmo o desenho arquitetônico das áreas coletivas, que pode estimular ou não a convivência entre as pessoas. Essa discussão revela que o trabalho social não é a única esfera dos programas habitacionais responsável pelo “êxito” da adaptação das pessoas à nova moradia.

Avaliação e recomendações

Nesta etapa, resumimos os registros da Oficina de Avaliação do Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II/Mário de Andrade ocorrida em fevereiro de 2020. O encontro envolveu técnicos responsáveis pelo planejamento, coordenação e execução do trabalho social em diversas pastas do município: SEHAB, COHAB, SMS, SMADS e SMDHC, assim como de coordenadores e técnicos da gerenciadora social Diagonal e a proposta era debater a avaliação de um ano do projeto. A discussão foi dividida em temas centrais, conforme segue:

a) Sobre a estruturação do projeto

Sobre a estruturação do projeto, preliminarmente, constatou-se que é necessária uma revisão das regras de Locação Social para todos os empreendimentos e, em especial, para a população em situação de rua. As regras trazem exigências de renda que não condizem com a realidade de grande parte da população em situação de rua. Importante pontuar, porém, que foram realizadas três adequações no Programa de Locação Social para a efetivação do Projeto Piloto. Estas adequações são específicas para atendimento à população em situação de rua e para este projeto e foram realizadas por meio de Resoluções do Conselho Municipal de Habitação – CMH, instrumento por meio do qual foi criado o próprio Programa.

Quanto à experiência de seleção de pessoas em situação de rua para serem contempladas, verificou-se a necessidade de envolver os gestores dos equipamentos no processo de seleção. Também, nas fases de entrevistas prévias, é necessário envolver os técnicos da Assistência e Desenvolvimento Social e da Saúde. Ficou constatada também a necessidade de melhor discutir estratégias relacionadas à saída do titular da UH.

Quanto aos requisitos do processo de seleção, verificou-se a necessidade de construir uma definição de autonomia e um instrumento de aferição.

No que se refere à experiência de pré-ocupação vivida, constatou-se a necessidade de realização de mais reuniões de condomínio, mais reuniões individuais com os beneficiados e também preparação para as obrigações relacionadas ao programa de locação social. Também, em caso de desistência do programa, é necessário garantir o retorno do público desistente aos equipamentos socioassistenciais.

Quanto à estrutura fornecida, identificou-se a necessidade de repensar as regras relativas ao mobiliário fornecido pela municipalidade para cada apartamento. Tendo em vista a vulnerabilidade do público atendido, faz-se necessário que o mobiliário permaneça como propriedade do poder público, vinculado à UH, para evitar venda dos objetos.

b) Sobre o nível de efetividade do projeto e adaptação pela população

A análise do grupo técnico considerou que se trata de projeto que trouxe ganho de direitos a população em situação de rua. Também, na pesquisa realizada, foram identificados altos índices de aprovação dos usuários, com aderência e satisfação com o empreendimento.

Diante do alto grau de vulnerabilidades as quais estão sujeitas a população atendida - que muitas vezes levam a dificuldades, em diferentes níveis, para organização financeira, emocional e dos processos de vida como um todo - pode-se considerar que houve significativa estabilidade e permanência da maior parte de famílias e indivíduos, no empreendimento. Por fim, os moradores apresentaram uma boa apropriação do espaço, criando vínculos com territórios, utilizando as áreas do

empreendimento. Identificou-se que o prédio com 34 UH's de menor porte facilitou o bom desenvolvimento do trabalho social.

É necessário pontuar, porém, que a adaptação pela população no que se refere às obrigações financeiras não foram totalmente efetivas. Apesar de ser uma porcentagem pequena de pessoas, houve casos de moradores sem luz por falta de pagamento e de famílias que não atenderam suas necessidades básicas de alimentação. A venda do mobiliário doado também pode ser apontada como um fator sintomático sobre a dificuldade de melhor gestão financeira por parte dos moradores.

Considera-se que as dificuldades relacionadas à organização financeira são de diversos motivos, como desemprego, problemas relacionados ao álcool e outras drogas e por isso deve-se analisar caso a caso para estabelecer estratégias individuais. Essa análise deve ser feita de modo intersecretarial, com olhares diferentes sobre o mesmo caso para superação da vulnerabilidade.

c) Integração das políticas públicas

A análise do grupo técnico considerou que as estruturas de integração das políticas estão funcionando, mas que existem pontos a melhorar. Identificou-se que é necessário oficializar todos os documentos produzidos, como o termo de cooperação, uma vez que eles instituem as instâncias de decisão da integração de políticas públicas e os planos de trabalho de cada Secretaria.

Quanto aos aspectos que necessitam de mais estudo, identificou-se que é necessário rever a organização do trabalho para dar mais objetividade aos fluxos, encaminhamentos, incluindo os tratamentos de urgências. Também, identificou-se a necessidade de estabelecer protocolos para orientação dos moradores dependendo da situação de vulnerabilidade social. Especificamente no que se refere a usuários de álcool e outras drogas, é necessário estabelecer fluxos específicos para atuação intersecretarial.

Verificou-se também a possibilidade de estabelecer parcerias com o terceiro setor para suprir algumas demandas pontuais na gestão do empreendimento.

Também, tendo em vista que a renda tornou-se um assunto delicado e importante para a manutenção do empreendimento, identificou-se a necessidade de incluir membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho na gestão intersecretarial.

d) Gestão do Empreendimento

Os aspectos avaliados positivamente pelo grupo foram que 100% da demanda que está no empreendimento é a original, ou seja, não há outras pessoas no empreendimento além daquelas selecionadas.

Também, a vinculação da equipe social tem levado a saídas acordadas que permitem uma ocupação mais rápida, não deixando apartamentos vazios. O canal direto por e-mail e telefone com COHAB foi uma experiência bem sucedida, uma vez que pendências são resolvidas com mais celeridade.

A organização de um grupo de apoio dos moradores para melhor gestão do empreendimento foi essencial para efetividade do projeto. Inclui moradores nas tomadas de decisão e possibilita um compartilhamento de responsabilidades. Também, por isso, o nível de conservação melhor que a média, após um ano da entrega do empreendimento (específico do Asdrúbal II).

A presença do trabalho social duas vezes na semana no empreendimento foi situação considerada essencial para os técnicos. O trabalho possibilitou um mapeamento de perto do dia a dia do empreendimento.

Os pontos avaliados negativamente tratam-se da ausência de definição das regras, estrutura e estratégias de abordagem com a população que se encontra inadimplente. Também, foi identificado que caso todos os suplentes de um grupo forem chamados, ficou pendente a definição das regras para chamada dos suplentes dos outros grupos. Além disso, encontrou-se dificuldade de aplicação das multas previstas no regulamento interno, por ausência de procedimento. Também, a dificuldade em executar projetos nas áreas coletivas (jardim, área para crianças).

No que se refere à gestão do empreendimento também importante pontuar que o grupo encontrou dificuldades na organização dos moradores para a limpeza das áreas coletivas. Foi elaborada uma proposta de rateio entre os moradores que inicialmente foi aprovada na assembleia, mas que as obrigações não foram cumpridas pelos moradores.

Quanto às atividades propostas pelas Secretarias envolvidas, identificou-se uma baixa adesão dos moradores.

Esses quatro pontos discutidos na oficina, bem como todo o material trazido pelo relatório, permitem-nos identificar que o acesso à moradia para a população em situação de rua é uma forma essencial para superação da vulnerabilidade. Todos os problemas elencados trazem a tona uma premente necessidade de gestão intersecretarial das políticas públicas feitas para esse público.

Equipe técnica

A Equipe Técnica que vem atuando no projeto piloto passou por mudanças, incluindo a saída de alguns técnicos e a entrada de novos representantes de Secretarias, parte ainda não designada formalmente.

Desta forma, optou-se por apresentar aqui o conjunto de técnicos mobilizados pelas pastas para as atividades com foco no Asdrúbal II, ao longo do período de trabalho aqui relatado, de março de 2019 e julho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

Equipe da Secretaria

- Antonio Mansur (Gabinete – Núcleo de Gestão Integrada)
- Mariana Ferreira de Melo (DPTS – Núcleo de Gestão Integrada e Núcleo Técnico Executivo)
- Simone Candido de Souza (CTS – Núcleo de Técnico Executivo)
- Débora Regina de Almeida Fujita (DTS Centro – Núcleo de Técnico Executivo)

Equipe contratada da SEHAB / Diagonal

- Márcia Ferreira - Coordenadora Técnica
- Regina Márcia Soares - Coordenadora de Planejamento
- Maira Brotero - Coordenadora de Monitoramento e Avaliação
- Lory Siqueira – Supervisora
- Cecília Ondeí - Analista de Projeto
- Sinara Macferri - Analista de Projeto
- Guilherme Almeida - Analista de Projeto
- Heloísa Thalita - Assistente Social
- Maria Aurení Magalhães- Analista de Projeto (não está mais desde novembro/2019)

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO – COHAB-SP

- Moises Amorim Canazza (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Talita Bertelli Oliveira (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Fernanda Faria Zacchi (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Jose Bento Ferreira (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Valdir Jose de Souza (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Adilson de Oliveira Neves (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Antonio Cesário de Oliveira (Gerência de Serviços Administrativos)
- João Miguel Filho (Gerência Exec. Fiscalização de Obras e Topografia)
- Caio Yuzo Takeshita Garcia (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente)
- Wladimir Augusto Ferreira Jr. (Gerência de Organização e Atendimento Social)
- Fábio de Oliveira Matos (Gerência de Obras, Manutenção e Meio Ambiente - não está mais desde maio/2019)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS

- Tomás Magalhães Andreetta (Gabinete – Núcleo de Gestão Integrada)
- Douglas Gualberto Carneiro (Gabinete – Núcleo de Gestão Integrada)
- Joelson da Silva Souza (CRAS Sé – Núcleo Técnico Executivo)
- Fernanda Ferreira Araújo (CRAS Sé – Núcleo Técnico Executivo)
- Maria Luiza Mancini do Nascimento (CPSE – Núcleo de Monitoramento e Avaliação)
- Fátima de Jesus Teixeira (CPSE - Núcleo de Monitoramento e Avaliação)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

- Patrícia Ribeiro Silva Dichtchekian (Gabinete – Núcleo de Gestão Integrada)
- Giulia Pereira Patitucci (Coordenação Poprua – Núcleo de Gestão Integrada)
- Juliana Veshagem Quarenta (Coordenação Poprua – Núcleo Técnico Executivo)
- Alcyr Barbin Neto (Ouvidoria de Direitos Humanos – Núcleo Técnico Executivo e Núcleo de Monitoramento e Avaliação)

- Amanda Theodoro de Souza (Coordenadoria de Planejamento e Informação – Núcleo de Monitoramento e Avaliação)

EQUIPE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

- Sebastiana da Silva Fontes (CRS Centro – Núcleo de Gestão Integrada, Núcleo Técnico Executivo e Núcleo de monitoramento e Avaliação)
- Paulete Secco Zular (CRS Centro – Núcleo de Gestão Integrada)
- Fabiana da Silva Pires (CRS Centro – Núcleo Técnico Executivo e Núcleo de Monitoramento e Avaliação)







